



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Departamento de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

## **COMO SE ESCOLHE UM CANDIDATO? UMA ETNOGRAFIA DAS ESTRATÉGIAS PRÉ-ELEITORAIS PARA AS ELEIÇÕES DE 2016**

**Caroline Mendes dos Santos**

**São Carlos**

**2018**

**COMO SE ESCOLHE UM CANDIDATO? UMA ETNOGRAFIA DAS ESTRATÉGIAS PRÉ-  
ELEITORAIS PARA AS ELEIÇÕES DE 2016**

**Caroline Mendes dos Santos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

*Orientador:* Prof. Dr. Jorge Mattar Villela

São Carlos

2018



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

---

### Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Caroline Mendes dos Santos, realizada em 11/05/2018:

---

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela  
UFSCar

---

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna  
UFSCar

---

Profa. Dra. Patricia dos Santos Begnami  
UNIARARAS

Mendes dos Santos, Caroline

COMO SE ESCOLHE UM CANDIDATO? UMA ETNOGRAFIA DAS  
ESTRATÉGIAS PRÉ-ELEITORAIS PARA AS ELEIÇÕES DE 2016 /  
Caroline Mendes dos Santos. -- 2018.

117 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São  
Carlos, São Carlos

Orientador: Jorge Mattar Villela

Banca examinadora: Catarina Morawska Vianna, Patricia dos Santos  
Begnami

Bibliografia

1. Antropologia . 2. Antropologia da Política. 3. Partido político. I.  
Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325

*Dedicatória*

*À Odete e ao Everton*

## AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo ao corpo docente do PPGAS que fez parte da minha formação em ciências sociais na graduação e agora na pós-graduação. E ao corpo técnico do PPGAS pela estrutura física e pelo suporte técnico oferecido aos pós-graduandos.

Um agradecimento especial a Profa. Dra. Catarina Morawska Vianna pela leitura da qualificação. Seus comentários e sugestões foram fundamentais para a forma como esta dissertação está sendo apresentada, e a agradeço mais uma vez por participar da banca de defesa. Por também participar da banca de defesa, agradeço a presença da Profa. Dra. Patricia dos Santos Begnami. Os amigos e colegas do Grupo de Estudos Hybris também colaboraram com a leitura de uma das inúmeras versões deste trabalho e vai aqui meu agradecimento pelos seus comentários e sugestões.

Agradeço ao Prof. Dr. Jorge Villela que me orienta desde meu segundo ano de graduação. O resultado deste trabalho é fruto da sua dedicação. Certamente os acertos deste texto são resultado do seu empenho e os erros são culpa de minha desatenção.

Outro agradecimento que não posso deixar de fazer é aos colegas que mais do que me oferecer algumas xícaras de café e um colchão para dormir, me ajudaram escutando as minhas lamentações e me apoiando na escrita deste texto. Obrigada pela parceria e amizade, Ana, Wellington Fernanda, Dulce e Talita.

Não há palavras para agradecer todo o suporte que recebi dos colaboradores desta pesquisa que desde o pedido para realizar a etnografia até a escrita foram pacientes, dedicados e amigáveis em colaborar com o trabalho. Obrigada a todos, e não os nomeio para manter o anonimato prometido.

À minha mãe, Odete e ao meu companheiro, Everton pelo apoio incondicional de sempre.

Quero agradecer à CAPES pela bolsa integral que possibilitou que esta pesquisa fosse concretizada.

## RESUMO

Essa pesquisa se insere nas análises da antropologia da política e, por meio de pesquisa de campo pude produzir uma etnografia da formação das alianças em torno das escolhas dos candidatos para as eleições municipais de 2016 em um município de pequeno porte do estado de São Paulo. Os dados foram obtidos a partir do acompanhamento de um dos grupos políticos formados no município para aquelas eleições. Deste modo, essa etnografia é um resultado das análises acerca das escolhas de candidatos, com base em uma série de atributos sociais que legitimam a escolha de uns em detrimento de outros pré-candidatos. Para além das questões legais, observei a importância da herança política e do capital político, das relações de parentesco e de amizade e de pertencimento a determinados grupos políticos, o fato de *ser conhecido* e ter trajetória de vida considerada exemplares também são fundamentais para aqueles que almejam a política de votos. Portanto, apresento o que seriam esses atributos das pré-candidaturas ao executivo e legislativo municipal, e a relação próxima com as pré-candidaturas do executivo e do legislativo estadual.

**PALAVRAS-CHAVE:** antropologia da política, pré-candidatos, família, grupo político, partidos políticos.

## **ABSTRACT**

### *HOW DO YOU CHOOSE A CANDIDATE? AN ETHNOGRAPHY OF THE PRE-ELECTION STRATEGIES FOR THE 2016 ELECTIONS*

This research is based in the analysis of anthropology of politics and, through field research, I was able to produce an ethnography of the formation of alliances around the choices of candidates for the 2016 municipal elections in a small municipality in the state of São Paulo. The data were obtained from the monitoring of one of the political groups formed in the municipality for those elections. Thus, this ethnography is a result of the analysis of the choices for candidates, based on a series of social attributes that legitimize the choice of some to the detriment of other pre-candidates. In addition to legal issues, I observed the importance of political inheritance and political capital, relations of kinship and friendship and belonging to certain political groups, the fact of being known and having a life course considered exemplary are also fundamental for those who aim the politics of votes. Therefore, I present what would be these attributes of the pre-candidatures to the executive and municipal legislature, and the close relation with the pre-candidatures of the executive and the state legislature.

**KEY WORDS:** anthropology of politics, pre-candidates, family, political group, political parties.

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

*Partidos políticos do Brasil (SIGLA - NOME):*

- 1- PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (atualmente *MDB*)
- 2- PTB - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
- 3- PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
- 4- PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES
- 5- DEM - DEMOCRATAS
- 6- PCdoB - PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
- 7- PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
- 8- PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
- 9- PTC - PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
- 10- PSC - PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
- 11- PMN - PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
- 12- PRP - PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
- 13- PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
- 14- PV - PARTIDO VERDE
- 15- PTdoB - PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL (atualmente *AVANTE*)
- 16- PP - PARTIDO PROGRESSISTA
- 17- PSTU - PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
- 18- PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
- 19- PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
- 20- PHS - PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
- 21- PSDC - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
- 22- PCO - PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
- 23- PTN - PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (atualmente *PODEMOS*)
- 24- PSL - PARTIDO SOCIAL LIBERAL
- 25- PRB - PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
- 26- PSOL - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
- 27- PR - PARTIDO DA REPÚBLICA
- 28- PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
- 29- PPL - PARTIDO PÁTRIA LIVRE
- 30- PEN - PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL
- 31- PROS - PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
- 32- SD - SOLIDARIEDADE
- 33- NOVO - PARTIDO NOVO
- 34- REDE - REDE SUSTENTABILIDADE
- 35- PMB - PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral (Último acesso em: 20/04/2018).

Acesso: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>

### **Outras siglas:**

ALESP: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

HGPE: Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

LOPP: Lei Orgânica dos Partidos Políticos

LPP: Lei dos Partidos Políticos

NUAP: Núcleo de Antropologia da Política/Museu Nacional

PEC: Proposta de emenda à constituição

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

# Sumário

|  |      |
|--|------|
| <b>AGRADECIMENTOS</b> .....  | vi   |
| <b>RESUMO</b> .....  | vii  |
| <b>ABSTRACT</b> .....  | viii |
| <b>LISTA DE ABREVIações E SIGLAS</b> .....   | ix   |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 1    |
| 1. Como se escolhe um candidato?.....  | 1    |
| 2. Levando a sério os nativos: o que eles têm a dizer sobre a política?.....                         | 6    |
| 3. Os capítulos desta dissertação .....  | 10   |
| <b>CAPÍTULO 1: A TEMPORALIDADE DA POLÍTICA</b> .....   | 12   |
| 1.1. A antropologia e a política .....   | 12   |
| 1.2. O recorte empírico da pesquisa e as categorias nativas .....                                    | 21   |
| 1.3. Como os políticos fazem política?.....  | 26   |
| 1.3.1. <i>As festas pré-eleitorais</i> .....   | 29   |
| 1.3.2. <i>A política de grupos</i> .....   | 33   |
| 1.3.3. <i>As difusas fronteiras entre política e família</i> .....                                   | 39   |
| <b>CAPÍTULO 2: OS POLÍTICOS ESTADUAIS E NACIONAIS E A “PEQUENA POLÍTICA”</b> .....                   | 44   |
| 2.1. Os deputados estaduais e federais na “pequena política” .....                                   | 44   |
| 2.2. Construindo os grupos: os cálculos por trás das alianças .....                                  | 51   |
| 2.3. O que fazem os partidos políticos nas eleições?.....  | 60   |
| 2.4. As diferenças entre as pré-candidaturas ao executivo e ao legislativo .....                     | 67   |
| <b>CAPÍTULO 3: O QUE É PRECISO PARA SER UM CANDIDATO?</b> .....                                      | 72   |
| 3.1. Como se escolhe a lista de candidatos?.....   | 73   |
| 3.1.1. <i>Candidato-eleitor</i> e a procura por mulheres: o art. 10, §3º, da Lei 9.504/97 .....      | 79   |
| 3.1.2. Prefeito: o candidato natural.....  | 82   |
| 3.1.3. <i>O bom nome</i> , a oratória e outros atributos .....                                       | 84   |
| 3.1.4. A escolha do candidato a vice-prefeito.....   | 88   |
| 3.2. “Tem que cumprir os compromissos”: A semana decisiva e a lista dos candidatos registrados ..... | 94   |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 99   |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 102  |
| <b>LEGISLAÇÕES CONSULTADAS</b> .....   | 107  |

# INTRODUÇÃO

## 1. Como se escolhe um candidato?

A pergunta que dá título para esta primeira seção de introdução foi feita inúmeras vezes (direta ou indiretamente) aos meus colaboradores de pesquisa (em sua maioria políticos, mas também alguns eleitores). As respostas, como pode-se imaginar, são diversas e complexas. Diversas porque conversei com pessoas de posicionamento e grupos políticos distintos, e complexas porque envolvem um emaranhado de valores sociais e morais. Portanto, o intuito de enunciar a pergunta era o de dar inteligibilidade a uma questão pouco explorada pela antropologia, mas que tem contornos muito bem definidos pela ciência política brasileira.

Os termos “recrutamento político” e “seleção de candidatos” fazem parte do léxico ativo dos cientistas políticos há bastante tempo (GUARNIERI 2004; PERISSINOTTO e BOLOGNESI 2009; BRAGA 2013). Na vasta bibliografia acerca dos fenômenos partidários e políticos, estes termos são corriqueiros para a compreensão das decisões partidárias que estão envolvidas em optar por determinados candidatos em detrimento de outros. Não cabe a mim entrar em detalhes acerca da metodologia e da abordagem utilizadas, nesse caso é válido ressaltar que não irei utilizar esses termos no decorrer do meu trabalho para que não ocorra uma confusão em relação às abordagens distintas presentes entre o que a ciência política faz e o que pretendo fazer.

A minha pesquisa é inspirada na abordagem da antropologia da política, que no Brasil ganhou fôlego a partir da formação do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP)<sup>1</sup>, sediado no Museu Nacional/UFRJ e que conta com a colaboração de pesquisadores de outras universidades<sup>2</sup>. Portanto, é mediante os pressupostos do NuAP que as minhas abordagens buscam compreender a política em ato, no contexto em que seus sentidos são produzidos pelos meus colaboradores de pesquisa. A principal questão é perceber o que do ponto de vista nativo é considerado política, observando todas as experiências vividas por eles. Portanto, é necessário evitar as abordagens negativas (aquelas que buscam as explicações puramente na falta de conhecimento do eleitor e de um suposto caráter clientelista de nossa política), que costumam partir do pressuposto de como se em algum lugar a democracia funcionasse plenamente como é descrito nas teorias políticas, mas como bem lembrou Veyne (1984), não se realizam em parte alguma.

O conjunto de trabalhos do NuAP “aprendeu durante mais de um século de contato com a política das ‘outras’ sociedades para construir um olhar compreensivo sobre ‘nossa política’” (CADERNOS DO NUAP, 1998, p. 7). Se uma festa de santo não é apenas um fenômeno religioso, uma eleição não pode ser apenas um fenômeno político. E foi a partir desse pensamento que a disciplina ampliou o escopo das análises e passou

---

<sup>1</sup> O NuAP teve o projeto de pesquisa “Uma antropologia da política: rituais, representações e violência” aprovado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia, passando a ter uma existência institucional a partir de dezembro de 1997. No Brasil a maioria dos antropólogos optaram pelo uso do termo “antropologia da política” – quando estudam a política das sociedades modernas – isso porque a palavra “política” quando não vem posteriormente da preposição “da”, pode ter um caráter de adjetivo para palavra “antropologia”. Esta mudança ocorreu devido à preocupação que antropólogos passaram a ter em não confundir as pesquisas com suas posições ideológicas (KUSCHNIR, 2005). Este discurso também pode ser encontrado em Chaves (2002), Peirano (1997) e no primeiro volume do Cadernos do NuAP (1998). Essa opção acompanha mudanças semelhantes que estão acontecendo em outros idiomas, tais como *anthopologie du politique* em francês e *anthropoly of politics* (ou *anthropoly and politics*) em inglês.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

a observar de modo não convencional as eleições, a representação política e a relação entre candidatos e eleitores, em relação com elementos como a família (MARQUES, 2002; VILLELA, 2009) e as festividades locais (CHAVES, 2003).

Para responder à pergunta do título desta seção (e como se verá, norteia todo este texto dissertativo), o campo etnográfico escolhido foi o município de Monte Verde Paulista<sup>3</sup> – onde permaneci entre os meses de março a junho de 2016<sup>4</sup> –, localizado a cerca de 500km da capital do estado de São Paulo. A população é de aproximadamente 16 mil habitantes, possuindo um colégio eleitoral com pouco mais de 13 mil eleitores. O seu território é bastante extenso (e, portanto, sua densidade demográfica é baixa) o que dificulta de certo modo o acesso dos moradores de bairros distantes ao centro comercial e turístico do município. O destaque de seu produto interno é fruto do setor de turismo, comércio e pesca. Por outro lado, a indústria e a agropecuária são os setores menos relevantes para a economia do município e pouco influenciam a dinâmica econômica local. A região de Monte Verde Paulista é um dos inúmeros lugares estigmatizados, estereotipados e relacionados ao atraso econômico e à pobreza (SEADE).

Ao optar por realizar uma pesquisa acerca das escolhas de candidatos dois pensamentos podem ocorrer. O primeiro é o de que este trabalho se trata de um manual

---

<sup>3</sup> O nome do município é fictício, e os dados demográficos, eleitorais e a localidade foram aproximados. Os nomes e sobrenomes dos colaboradores da pesquisa foram substituídos por nomes fictícios, bem como suas profissões e atividades. O nome de alguns políticos que atuam em nível estadual e federal também foram substituídos com salvas exceções.

<sup>4</sup> Fui a Monte Verde Paulista pela primeira vez em agosto de 2014, momento no qual estabeleci meu primeiro contato com os colaboradores desta pesquisa. A partir desse primeiro encontro mantive contato com os colaboradores por meio de redes sociais e fui ao município em mais duas oportunidades antes de minha ida definitiva em campo em março de 2016. Foram quatro meses contínuos do início de março de 2016 até o fim de junho do mesmo ano. Voltei à campo no início de agosto daquele ano, onde permaneci no município por mais uma semana para acompanhar a convenção partidária do grupo político que acompanhei para ter acesso às últimas informações de campo.

para candidatos a candidatos<sup>5</sup> (e está bem longe de ser!). Logo, não descrevo regras e métodos de como os que querem ser candidatos devem seguir, muito menos afirmo que as qualidades e o modo como ocorreram as escolhas em Monte Verde Paulista são replicáveis em outros campos etnográficos. O segundo pensamento relaciona-se às declarações feitas por alguns cientistas políticos, sociólogos e mesmo antropólogos de que fazemos pesquisas muito localizadas. Sobre este aspecto, Goldman nos lembrou em uma entrevista à *Revista Trópico* em 2015 que trata-se de um mecanismo preparado para neutralizar esses estudos, já que transformam o aspecto mais rico da pesquisa, a etnografia, em uma fraqueza.

Não considero, portanto, que a Câmara Municipal de Monte Verde Paulista e a sua política local seja menos burocrática e menos política do que a Câmara dos Deputados e a política nacional. Assim como Leirner (2014), não defendo que há uma hierarquia de importância ou relevância entre uma política e outra. Seguindo o raciocínio do antropólogo, a proposta é compreender que a *política local* de Monte Verde Paulista não é periférica, pensando que a *política* realizada em Brasília seja central. Como disse o antropólogo, a “linha, assim, não é se fixar nas ‘margens’ do estado, mas desinventar a ideia que ele tem um centro mais central que outros” (idem, p. 100). Bailey (1971) sugeriu que os mesmos recursos políticos são mobilizados nas instituições formais da política oficial como nas pequenas comunidades. Sendo assim, é na “pequena política” que conseguimos dar inteligibilidade às relações aparentemente irracionais que envolvem as questões da “grande política”. Do mesmo modo como a

---

<sup>5</sup> E aqui o uso do pleonasma é intencional, servindo para enfatizar que trata-se de um candidato que pretende ser candidato, isto é, um aspirante a candidato.

pequena comunidade é “invadida” pela política oficial, a última também é invadida pela pequena política (PALMEIRA, 2004).

Ao escutar o que as pessoas têm a dizer, podemos compreender melhor o que pensam a respeito da representação, da política e do voto sem nos prendermos a um certo “senso comum intelectual” (PALMEIRA, 2004, p. 137) ao tomarmos conclusões precipitadas acerca das opiniões de nossos colaboradores, e podemos interpretá-las mediante aquilo que acreditávamos que eles sabiam ou o que achávamos que sabíamos.

Goldman (2006) propôs compreender um problema “grande”, o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro (democracia), por meio de um recorte “pequeno” (o envolvimento de um grupo de pessoas do movimento negro com a política de Ilhéus). Eu proponho neste trabalho realizar o mesmo. Assim, percebi que ao compreender a escolha dos candidatos às vagas eletivas das eleições municipais de um pequeno município, era possível compreender uma questão maior: como funcionam, como se organizam e quais são as funções dos partidos no Brasil (o que não significa que dei respostas a essas questões). Para tanto, acompanhei as atividades políticas para além das dimensões legais de um *grupo político*<sup>6</sup> no período que antecede o registro das candidaturas, e procurei considerar a normatividade como apenas uma dentre outras estratégias que são acionadas pelos meus interlocutores. Esse cuidado serve para não usar das falas oficiais das instituições partidárias e da justiça eleitoral como um pressuposto para a compreensão de como as escolhas dos candidatos ocorrem. O uso excessivo das categorizações estatais faz com que ajudemos na fixação e naturalização

---

<sup>6</sup> Com exceção de palavras em língua estrangeira, o itálico será usado por mim para dar destaque ao vocabulário nativo. As aspas simples serão usadas para citação de trechos de falas nativas. E as aspas duplas serão usadas na citação de falas de outros antropólogos.

desses conceitos como critérios de avaliação do comportamento eleitoral (BEZERRA e GRILL, 2017), o que faz com que julguemos quem faz algo diferente, mesmo que seja só um caso isolado, considerando como práticas atrasadas de caráter irracional.

Na próxima seção pretendo discutir o que levei em consideração ao recolher os dados etnográficos que são apresentados durante toda a dissertação. Além de fazer uma defesa da etnografia como a única maneira de conseguirmos chegar a uma compreensão tanto da “pequena política” como da “grande política”.

## **2. Levando a sério os nativos: o que eles têm a dizer sobre a política?**

Na seção anterior mencionei brevemente a importância de levarmos a sério o que os nossos colaboradores nos dizem, e nesta seção quero aprofundar a discussão, destacando meu posicionamento em campo e como as informações foram colidas por mim.

Mas afinal de contas o que a antropologia pode nos dizer acerca dos partidos, eleições e candidaturas? Em entrevista Goldman destacou que:

[...] as pessoas tinham muito mais a dizer sobre a política e as eleições do que os cientistas sociais costumam imaginar, e que, se não reduzíssemos as coisas que essas pessoas diziam àquilo que já acreditamos saber – ou que imaginamos que eles não saibam –, poderíamos apreender certas dimensões do processo político para as quais o nosso ponto de vista de cidadãos de classe média, eleitores de uma certa tendência política, nos torna mais ou menos cegos ou tímidos. (GOLDMAN, Entrevista para “Revista Trópico”, 2015).

Após a exposição deste trecho talvez a melhor pergunta a se fazer seja: o que os nativos têm a nos dizer em relação à política e como os antropólogos devem interpretar o que eles estão dizendo? Durante um longo período, a antropologia se definia pelo exotismo do seu objeto de estudo e pela distância tanto cultural como geográfica que separava pesquisador e pesquisado (PEIRANO, 2006, p. 19). No entanto, como a

antropóloga afirma, a comunidade acadêmica percebeu ao longo das décadas que não era o objeto que definia a perspectiva antropológica, mas sim a abordagem.

A antropologia da política surgiu com o desafio de pensar as eleições, a representação política e o voto de modo diferente do que vinha sendo feito até então. O próprio termo passando a incorporar a preposição “da” indicava uma mudança tanto na produção acadêmica, abandonando as perspectivas substantivistas ou formalistas dos fenômenos políticos, e implicava a realização de um descentramento analítico das categorias.

Comungo da noção de que a alteridade é um aspecto fundamental para a antropologia, no entanto, a mesma não deve ser entendida de modo algum como um distanciamento frio e formalista de posicionar o pesquisador de um lado e o grupo estudado de outro. O que também não significa que o pesquisador vá se tornar o nativo. Uma questão epistemológica importante surge na discussão acerca do fazer antropológico. A abordagem de Jeanne Favret-Saada (2005), por exemplo, aponta para a importância das relações estabelecidas entre o pesquisador e seus colaboradores, visando compreendê-los mediante uma análise relacional que procura deslocamento entre um e outro.

Como mencionei na seção anterior, acompanhei mais de perto apenas um grupo político, portanto sabia que só teria acesso ao que os meus colaboradores deixariam ser visto. A parcialidade, logo, faz parte desta dissertação. Como disseram Marques e Villela (2005, p. 44) assumo não ter compromisso com uma verdade única, mas com uma verdade parcial (MARQUES e VILLELA, 2005). Como destacou o filósofo da linguagem Bakhtin (2011, p. 380) as ciências humanas têm como seu objeto de estudo a interação entre dois sujeitos que falam e enunciam – pesquisador e pesquisado. O campo de

pesquisa ocorre no diálogo e contato direto com nossos colaboradores de pesquisa. E no silêncio eles falam outras coisas. Assim, a realidade é apreendida por meio da inter-relação de duas consciências – a do pesquisador e dos outros sujeitos. Isso significa que o objeto de pesquisa dos cientistas sociais são (na verdade) sujeitos socialmente organizados e produtores de textos, enunciados e discursos. Por isso, não é possível captar toda a complexidade da sua vida, uma vez que a mesma não pode ser explicada e fixada por meio de uma verdade universal e replicável, pois o sujeito “é inesgotável em seu sentido e significado” (BAKHTIN, 2010, p. 395).

Desse modo minha pesquisa dá ênfase na perspectiva de um grupo. No entanto, a ideia de grupo também não é homogênea e dentro dele havia outras perspectivas. Essa é a ideia do trabalho e eu acompanhei apenas um dos quatro grupos políticos que foram formados naquele momento. Se outro pesquisador interagisse com o grupo que estudei ou mesmo com outro grupo, ele veria outras coisas, pois o antropólogo também está preso, de algum modo, em suas perspectivas.

O que quero dizer é que ao estudar um grupo (A) eu estava interessada em saber o que eles compreendiam no que diz respeito ao modo como se escolhe os candidatos, mesmo quando essas escolhas se davam no grupo B, C ou D. Se as informações não condizerem com o que (de fato) os grupos B, C e D pensam, isso pouco importava uma vez que o que interessava era observar o que o grupo que acompanhei (A) pensava acerca dos demais grupos. Os efeitos reativos eram baseados naquilo que eles (grupo A) acreditavam e não relativo ao que os demais grupos pensavam e faziam.

Em minha pesquisa pretendo trabalhar com a ideia de partido e grupo político, tomando esses conceitos de modo etnográfico para não engessá-los e tratá-los como categorias abstratas e transcendentais. Deste modo, tomo como apoio teórico-

metodológico o trabalho de Herzfeld (2005 [1997]), e quero, assim como Herzfeld (*idem*), fazer um estudo das coisas aparentemente desimportantes e anedóticas. Portanto, essa etnografia buscará o irrelevante, mas que sob o ponto de vista nativo se constitui como fundamental no seu cotidiano. A abordagem etnográfica não visa apenas os discursos oficiais e públicos (que também são legítimos e necessários para análise antropológica), mas busca a intimidade que ele mascara, o detalhe que leva em conta diversas opiniões e práticas dos agentes que compõem os partidos e os grupos políticos. As anedotas e aquilo que aparenta ser desimportante assume uma nova característica, passa a ser fundamental no entendimento do fenômeno estudado. Para isso, observei os filiados, os dirigentes e os pré-candidatos em suas relações, estratégias e ações que constituem o partido político. Ainda busquei observar como as pessoas lidam com o papel oficial dos partidos e se adaptam e moldam esse oficialismo em uso prático. Neste aspecto, as noções de intimidade cultural e de poética social (HERZFELD, 2005 [1997]) tornam-se pertinentes para minha análise.

Outro ponto a ser levantado é meu papel de pesquisadora em um ambiente majoritariamente masculino e como isso afetou o recolhimento do material. Certas reuniões e conversas informais nas quais não participei, se devem um pouco por ocupar a posição de pesquisadora e um pouco pelo fato de ser mulher, como o próprio Mauro me alertou certa vez, os homens não conversam apenas de política quando estão juntos. As teorias feministas que surgiram a partir da década de 1970 discutiram a suposta objetividade da observação participante de Malinowski. E a própria publicação dos diários de campo com os trobriandeses décadas antes interrogavam questões levantadas pelo próprio antropólogo. Em 1970 foi lançado o livro *Women in the Field: Anthropological Experiences* (GOLDE, 1970), que descrevia na forma de artigos as

circunstâncias concretas em que desenvolveram-se as pesquisas. Em cada artigo há uma análise do efeito das experiências na qualidade dos dados de campo. O fato é que as conclusões de cada ensaio refletiam sob um mesmo ponto: as pesquisadoras eram mulheres e isso afetou no recolhimento dos dados etnográficos. Por isso, surge com esse pensamento a ideia de trabalho de campo posicionado.

Retomando a ideia, o intuito da realização da pesquisa de campo foi observarmos a realidade dos meus colaboradores e compreender que o modo como a ação é construída a partir daquilo que faz sentido dentro do contexto específico de suas vidas, mas partindo do pressuposto que o que temos acesso é o que nos é mostrado por esses sujeitos. Mediante este cuidado é possível concluir que as decisões tomadas são baseadas em cálculos lógicos muito bem pensados e planejados, e que serão apresentados nos próximos capítulos.

Antes de passarmos aos capítulos desta dissertação, que buscam responder algumas perguntas e fazer outras tantas acerca da temática dos partidos, da representação, do voto e das escolhas partidárias, explicitarei como os capítulos foram divididos para uma melhor compreensão do trabalho.

### **3. Os capítulos desta dissertação**

Até aqui expliquei brevemente do que trato nesta dissertação e apresentei alguns problemas a serem discutidos ao longo dos capítulos. Sanadas essas primeiras questões, proponho realizar uma análise não cronológica de minha estadia em campo. Para que fique compreensível o que proponho discutir, o texto foi dividido em três capítulos e uma seção de conclusão, além desta introdução.

Primeiramente, no **Capítulo 1** farei uma pequena contextualização do campo da antropologia da política. Além disso, descreverei como foi feito meu recorte empírico da pesquisa e abordarei a questão do termo nativo “tempo da política” para meus colaboradores de pesquisa. Neste aspecto, apresentarei como a política era tratada num período não eleitoral pelos meus colaboradores, e tentarei mostrar como o tempo da política não tem uma delimitação e nem um contorno fixo e visível.

Já o **Capítulo 2** tem o intuito de mostrar que a política local de Monte Verde Paulista tem fortes relações com as esferas estaduais e federais, destacando questões macros de recurso-favor e recurso-voto por meio das relações locais com essas instâncias. Este capítulo também estará dedicado a abordagem da formação dos grupos políticos e de como acontecem as decisões de candidaturas ao executivo.

Por fim, no **Capítulo 3** o foco será apresentar alguns conceitos nativos fundamentais para a escolha de candidatos, tais como reputação associada ao um *bom nome*. Ainda nesta seção, descrevo os compromissos estabelecidos pelos candidatos e a obrigação implicada no seu cumprimento. Fecho este texto etnográfico fazendo uma breve conclusão.

# CAPÍTULO 1: A TEMPORALIDADE DA POLÍTICA

## 1.1. A antropologia e a política

Este trabalho é sobre política. Precisamente sobre a escolha das candidaturas a cargos eletivos. Mas sobretudo é um trabalho antropológico. Antropológico, porque se ampara no cânone desta disciplina. Como discuti brevemente na Introdução, a antropologia da política se ampara nas discussões processualistas e na antropologia política britânica para solucionar problemas conceituais e empíricos.

Apesar de não ser uma etnografia de antropologia política ou processualista, este trabalho, assim como os demais do NuAP, bem como outros trabalhos da conhecida antropologia da política, se inspira em toda a riqueza de informação tratada nestas escolas. Mas tal interesse na compreensão dos fenômenos políticos não data apenas de meados da última década. O interesse pela política pode ser observado desde o surgimento da disciplina. No evolucionismo (hegemônico entre as últimas décadas do século XIX a partir e do início da década de 1920) o foco recaía sobre as formas e sistemas de poder das sociedades “primitivas”, cujas características eram comparadas e colocadas em uma escala evolutiva em relação ao Estado Moderno, visto como o sistema político mais evoluído (KUSCHNIR, 2007). Apesar de ser possível observar o interesse da antropologia evolucionista na questão política, foi apenas a partir da década de 1940 com o estrutural-funcionalismo britânico que a questão da política passou a ser central.

Foi a partir da publicação de *African Political Systems* em 1940, organizada por Fortes e Evans-Pritchard, que os estudos da antropologia política ganharam status de

uma subárea de estudo. Na apresentação da coletânea *Antropologia, Voto e Representação Política* (1996), Moacir Palmeira e Marcio Goldman afirmam que o estrutural-funcionalismo produziu um “descentramento” na política. Goldman (2006) em um trabalho mais recente, destacou esse “descentramento” ao mostrar que

[...] na década de 1940, os estrutural-funcionalistas britânicos sustentaram a existência do político em sociedades desprovidas de Estado, sentiram-se ainda obrigados a encontrar uma instituição – as linhagens – que desempenharia as funções políticas que, em outras sociedades, seriam preenchidas pelo aparelho de Estado (*idem*. p. 39).

Porém, na introdução da coletânea Palmeiras e Goldman (1996) ressaltam que apesar de todos os esforços essa corrente acabou por criar um novo recentramento a partir do próprio descentramento, ao inserir na ausência do Estado, outras instituições que desempenhariam as mesmas funções, como as linhagens de parentesco (e.g. EVANS-PRITCHARD, [1940] 2011).

A abordagem desenvolvida voltada aos assuntos políticos estava ligada às sociedades africanas (EVANS-PRITCHARD, [1940] 2011). Esses estudos tinham como objetivo compreender como essas sociedades que não possuíam uma estrutura política formal organizavam-se e mantinham-se em coesão. Essas sociedades eram vistas como uma totalidade homeostasia em sua estrutura e funcionamento. Em um livro publicado cerca de 15 anos após a coletânea organizada por Fortes e Evans-Pritchard ([1940], 2011), Edmund Leach (1954) criticou a noção de sociedades em equilíbrio contínuo, uma clara crítica aos antropólogos estrutural-funcionalistas. Sua pesquisa foi baseada em um trabalho de campo entre os Kachin, que na época habitavam a Birmânia (atualmente Myanmar), na qual ele propôs considerar que a estrutura social estava em permanente mudança, parecendo estável e coerente apenas no relato etnográfico. Outros antropólogos como Frederick Bailey e Max Gluckman em contraposição aos africanistas,

contribuíram com a incorporação de noções como processo e ritual. Esses antropólogos também se preocuparam em ampliar o conceito de atividade política para evitar uma visão etnocêntrica da política que tornasse o Estado Moderno em um produto final de uma suposta evolução política. Ou seja, houve nesse período uma valorização do processo político enquanto tal, bem como das interações sociais concretas na crítica às noções de sistema e função.

Como destacou Kuschnir (2007), os antropólogos da chamada antropologia política frequentemente dialogavam, no entanto não produziram abordagens homogêneas. No entanto, estava presente em todos os trabalhos a valorização do trabalho de campo, marcante para a antropologia moderna e para a antropologia da política posteriormente desenvolvida no Brasil e em outros países. Foi inspirado em todo esse debate que no Brasil desenvolveu-se, em meados da década de 1990, um conjunto de trabalhos ligados a uma antropologia da política que “aprendeu durante mais de um século de contato com a política das ‘outras’ sociedades para construir um olhar compreensivo sobre ‘nossa política’”.

No Brasil, entre as décadas de 1950 e 1990, os trabalhos que analisam as eleições produzidos em nosso contexto se voltaram “principalmente para explicar o funcionamento dos partidos políticos e sua adequação aos problemas da representação” (PALMEIRA E GOLDMAN, 1996, p. 6). Ainda de acordo com esses antropólogos, a concentração em análises dos partidos políticos fez com que os aspectos ligados à dinâmica e ao comportamento eleitoral fossem encarados sob o ponto de vista negativo. Isto é, a partir da falta de alguns apriorismos, entre outros aspectos, como a falta de racionalidade e informação, a tradição paternalista brasileira, a nossa organização partidária e a ineficiência governamental. Nesses trabalhos há uma

limitação, como fica evidente, ao domínio mais institucionalizado do Estado e dos partidos políticos, considerando apenas uma perspectiva macroscópica, a qual circunscreve os objetos de análise (partidos, instituições) e os seus pressupostos (racionalidade, ideologia).

A antropologia, por sua vez, pelo próprio histórico da disciplina não se deteve no campo do institucional. Esse modo próprio da antropologia de observar a política compreende as experiências políticas vividas pelos agentes funcionando em meio às prescrições universalistas, sem analisá-las de modo a considerá-las irracionais e imaturas como faz a Teoria da Escolha Racional, por exemplo. O que se pretendeu e pretende-se é deixar de partir de concepções científicas ou filosóficas sobre a política, a representação e a democracia e passar a compreender o modo com o qual os agentes vivenciam, agem e reagem a essas prescrições. Desse modo, podemos dizer que a antropologia tem como objetivo utilizar o método etnográfico para dar voz aos atores sociais sobre suas percepções relativas à política, atribuindo desta forma o estatuto teórico ao discurso do nativo. A partir dessa concepção, trata-se de compreender de que forma as práticas nativas fazem a democracia representativa funcionar.

Ademais, os trabalhos antropológicos sobre política apoiam-se em pelo menos três características próprias: ampliação do campo de análise, busca por uma abordagem positiva e reintrodução da dimensão sociológica (PALMEIRA E GOLDMAN, 1996, p. 7). Porém, é importante salientar, assim como fizeram esses antropólogos em seus trabalhos, que as análises antropológicas sobre os fenômenos políticos e eleitorais não se reduzem a estudos suplementares ou complementares da filosofia, sociologia ou ciência política. Além disso, Goldman (2006) salienta que a abordagem da política a partir do ponto de vista nativo, não pretende ficar aprisionado nas elaborações locais,

mas sim tem como intuito produzir teorias etnográficas que possam compreender a política como estando sempre em relação com um contexto maior de experiências vividas pelos agentes.

Foi com essa bagagem em mente que desembarquei em Monte Verde Paulista (SP), município em que pretendia desenvolver o projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSCar). Meu objetivo? Perguntar: “como os partidos escolhem seus candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores?”. Para tal, minha estadia no município estendeu-se por um período entre março a junho do ano eleitoral de 2016. Para completar os dados de trabalho de campo, voltei no mês de agosto para acompanhar as convenções partidárias. Nessa última visita fiquei até um dia antes do início das campanhas eleitorais se iniciarem oficialmente. Ao todo foram 99 candidatos ao Legislativo e quatro ao Executivo municipal, filiados a 23 partidos diferentes.

Durante o lançamento oficial das candidaturas do grupo político que acompanhei, era possível compreender algumas características importantes das estratégias e ideias dos candidatos e partidos. Na convenção partidária que acompanhei, presenciei uma narrativa de candidatura ideal, movida pela vontade de um grupo de fazer o melhor pela cidade e sua população. Algumas narrativas iam ao caminho oposto, isto é, como se a candidatura fosse involuntária, na qual o grupo pediu ajuda desse indivíduo para o bem de todos. Em contrapartida, também presenciei o uso do discurso que ia ao encontro das ideias de um candidato que tem vontade de ajudar e que constrói que é inato à mesmo essa vontade fazer o bem. Tanto uma narrativa quanto a outra encobre relações insuspeitas de disputa por espaço e relações de

interesses distintos que aconteceram dentro dos grupos durante os meses em que permaneci em campo.

Na campanha de Monte Verde Paulista assim como ocorre nas bibliografias consultadas e seus dados de campo analisados, há a distribuição de “santinhos” com o nome e número do candidato a vereador e de seu candidato majoritário que disputa a vaga de prefeito. Além disso, a cidade fica tomada por cartazes, bandeiras, *cardoor* (adesivos de carros) e carros de som. De acordo com o que fui informada, cada candidato costuma ter autonomia para decidir e traçar suas estratégias de campanha. Geralmente essas estratégias estão relacionadas ao modo como a qual tal candidato foi escolhido a sê-lo. Explico melhor, “Camila do Alvorada”, entre outras características que a fizeram candidata é o fato de ser uma moradora influente do maior colegiado eleitoral do município, a saber o bairro Alvorada. O nome de campanha atribuído a ela é uma estratégia para criar uma identificação com o local, afinal de contas não é qualquer Camila, é a “Camila do Alvorada”. Em geral, esse tipo de candidato faz campanhas direcionadas ao recorte espacial no qual está inserido. E o seu objetivo dentro de um grupo é estreitar o vínculo entre o candidato majoritário com a comunidade que faz parte. Esse tipo de situação fez com que Bezerra (1999) destacasse que no Brasil apesar de não vigorar, o voto pode ser compreendido como distrital. Além do recorte espacial, há recortes sociais que são mais facilmente compreendidos ao observarmos a pré-campanha. Durante a pré-campanha é comum ouvir dos membros dos grupos que a população monte verdense tende a ser sensível a certos recortes (sociais, espaciais e econômicos) na hora de decidir o voto e são, entre outras coisas, esses recortes os aspectos observados pelos grupos na hora de decidir os seus candidatos.

Estou dizendo tudo isto para destacar como a pré-campanha pode estar diretamente relacionada aos fatos observados pelos pesquisadores durante a pesquisa realizada nas campanhas. E assim sendo a observação *in loco* desse período de pré-campanha se mostra necessária para compreender tais estratégias. Por isso mesmo quero deixar claro mais uma vez (já que destacado na Introdução) que a pergunta do título desta dissertação é ambígua, podendo causar um equívoco teórico. “Como se escolhe um candidato?” pode ser perguntada pelos antropólogos que se dedicam e se dedicaram a estudar no período eleitoral como o eleitor decide seu voto e candidatos. Mas utilizo essa pergunta para responder uma questão anterior a essa decisão. Antes dos eleitores decidirem em quem vão votar, os partidos políticos precisam fazer uma reflexão muito particular de quem serão seus representantes que buscarão o voto do eleitor. A questão então, precisamente, é entender quais recursos (e de qual natureza) são mobilizados para convencer/persuadir os eleitores a se tornarem candidatos. Por essa razão meu recorte empírico se deu nos meses de março a junho do ano eleitoral e na última semana das convenções partidárias, chamado por meus colaboradores de pré-campanha.

Esclarecido o sentido que atribuo a pergunta do título, não custa lembrar que o antropólogo é alguém que escreve sobre os discursos de “nativos”. Peirano (2006) nos lembrou que é a abordagem e não o objeto que constitui a antropologia como disciplina. Leiner (2014) destacou que Peirano vem desde a década de 1960 defendendo tal característica da antropologia, mas que continua sendo necessário a escrita de um ensaio como o produzido pela autora para tentar lembrar os próprios antropólogos desse fato. E essas afirmações não se restringem ao Brasil, Peirano (2006, p. 20) ressaltou que Geertz em 1986 e Schneider em 1968 já destacavam essa mudança de

direção nas análises ao dizerem, cada um a seu modo, que “agora nós somos os nativos”. Como salientou Viveiros de Castro (2002), o essencial é que o discurso do antropólogo estabeleça uma relação de sentido com o discurso nativo, mesmo essa relação parecendo estranha a nós. Embora nós estejamos cada vez mais perto dos nativos, essa estranheza ainda existe. Na presente dissertação, ao descrever um conjunto de procedimentos acerca das escolhas partidárias em torno da decisão das candidaturas, percebo que a mesmas se ligam a várias relações sociais e que se constituem umas às outras revelando uma racionalidade própria, uma espécie de matemática que pode muitas vezes ser estranha a quem se depara pela primeira vez com a temática dos fenômenos políticos.

Em busca de compreender essas estranhezas, como já adiantei, proponho seguir os pressupostos teórico-metodológicos do NuAP. A questão aqui é de tentar encontrar certos descentramentos, como os propostos por Goldman (2006) ao mostrar como a democracia funciona. A questão levantada pelo autor é a de questionar a eficácia da pergunta “por que a democracia não funciona?”. A relevância estaria muito mais em se questionar “como funciona a democracia?”. A questão então passa a envolver outras relações entre nativos e pesquisadores, fazendo com que as respostas sejam, a partir de um trabalho empírico, dizer “quem disse que não funciona?”. Mudar a chave da questão depende basicamente do interesse do pesquisador em ouvir o que os nativos têm a dizer. O meu recorte empírico possibilitou que fosse possível ver os partidos políticos em uma de suas funções primordiais que consiste em decidir e registrar as candidaturas das eleições eletivas de 2016.

Não é de hoje que se tem questionamentos acerca da função dos partidos políticos e a cada momento surgem no Congresso propostas que defendem

candidaturas avulsas<sup>7</sup>, tirando de certo modo um pouco do protagonismo dessas organizações. Sobre essa questão, a mesma será abordada no Capítulo 2, quando discutiremos os partidos nas articulações das decisões das candidaturas, pois eles fazem (ainda) uma parte importante dos procedimentos para se escolher candidatos, principalmente no que se refere a sua exclusividade de vetar nomes em detrimento de outros para as candidaturas.

Portanto, o partido é uma instituição central em minha pesquisa, pois ele tem um papel fundamental na formalização das candidaturas. Meu objetivo é observar os aspectos marginais, buscando o que Goldman (2003, p. 468) descreveu como “desvio etnográfico” (caminho alternativo).

Assim, o que proponho é mostrar a complexa rede de decisões pelas quais escolhem-se uns para serem candidatos em detrimento de outros, bem como os argumentos que servem para dizer o porquê se escolheu alguém, argumentação que também pode ser usada para dizer o porquê não se escolheu outro. Podemos adiantar e dizer que se trata de um conjunto de ideais e decisões que se constituem mutuamente e que faz alguém ser escolhido; e que, portanto, essa etnografia mostrará que não existe apenas uma razão para a escolha dos nomes, o que acaba por mostrar algo que pode ser esquisito aos meus próprios olhos e aos das pessoas de fora.

---

<sup>7</sup> Como exemplo, podemos citar a PEC 6/2015 de autoria do senador José Reguffe (PDT-DF) e que autoriza a candidatura avulsa desde que conte com o apoio e assinatura de pelo menos 1% dos eleitores aptos a votar na região (município, estado ou país) em que o concorrente disputará a eleição.

## **1.2. O recorte empírico da pesquisa e as categorias nativas**

Na seção anterior tentei mostrar em que medida as implicações que a disciplina antropológica contribuiu para uma nova compreensão das noções e conceitos acerca da política. E pensando a antropologia da política como sendo uma subárea da antropologia social, é fácil notar as alusões e as experiências a partir das quais a primeira sofreu influências da segunda. Como disse na Introdução, se festa de santo não é apenas explicada como um fenômeno religioso, também a política pode ser compreendida a partir do conjunto das dimensões familiares, comunitárias e religiosas. Nesse sentido, os trabalhos da antropologia da política tendem a se contrapor às abordagens tradicionais da ciência política que conferem um caráter negativo à dinâmica eleitoral. Segundo Goldman e Palmeira (1996), essas explicações e interpretações giram em torno da ideia de uma suposta irracionalidade do eleitor e de uma insuficiência de conhecimento eleitoral para escolher corretamente um candidato. Os antropólogos destacaram que mesmo os que tentaram fugir desses apriorismos, acabaram isolando as eleições como se fossem um fenômeno social a parte dos demais.

Nesse sentido, reforço que a antropologia buscou seguir as teorias produzidas tanto pela chamada antropologia política como pela processualista, propondo pensar a política moderna a partir dos termos nativos. Com isso passou-se a considerar que as escolhas eleitorais se dão em circunstâncias sociais e histórias particulares, considerando também que um eleitor não representa simplesmente um voto (PALMEIRA, 1992). Essa afirmação causou e causa grandes implicações no entendimento acerca das relações políticas, pois o voto é encarado como um empreendimento social, coletivo e comunitário. Assim sendo, a busca por estes votos perpassa as relações de amizade, de parentesco e de comunidade. Ademais o voto passou a ser compreendido

como tendo o significado de adesão, isto é, “o que está em pauta em uma eleição não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade” (PALMEIRA, 1992).

Além dessa importante constatação para a área, Palmeira (1992) também contribuiu para a compreensão de que a política é como uma atividade intermitente. Nesse aspecto, o período de eleição é conhecido pelos nativos como *tempo da política*, *época da política* ou simplesmente *política*. O *tempo da política* representa o momento em que as facções (os partidos reais) são identificadas e por assim dizer existem plenamente.

Essas ideias foram tão bem aceitas que receberam pouca acurácia teórica por parte de estudiosos do fenômeno político que passaram a usar irrefletidamente o termo “tempo da política” como uma explicação puramente teórica. Explico melhor: esta dissertação, como já adiantado, é uma reflexão acerca das escolhas partidárias em torno dos nomes que serão registrados para representar os partidos nas eleições de 2016. Essa questão, por sua vez, recebeu pouca atenção da antropologia da política que se fixou empiricamente nas análises do período eleitoral e do cotidiano de atividade parlamentar. Por isso, meu trabalho de campo ocorreu no período chamado por meus interlocutores políticos de pré-campanha, dentro do qual, durante esses meses tive como colaboradores eleitores e políticos. Nesse caso, o discurso acerca da existência de um período permanente da política era compreendido de modo distinto entre eleitores e políticos. Para os eleitores há essa temporalidade intermitente da política, já para os políticos a política é parte permanente do cotidiano de suas atividades.

O cenário que presenciei em minha primeira visita ao município de Monte Verde Paulista em setembro de 2014 quando realizei campo piloto para elaboração do projeto

de pesquisa desta dissertação, foi bem distinto do que encontrei entre os meses de março a junho de 2016, quando realizei a pesquisa de campo. Em 2014 a cidade estava em festa em meio aos festejos de aniversário do município, mas principalmente em meio à campanha eleitoral que costuma ser bastante *festiva* e *barulhenta*. O período eleitoral é conhecido pelos políticos colaboradores de minha pesquisa como o momento em que a política aflora, ficando patente no cotidiano das vidas dos moradores de Monte Verde Paulista, no entanto, presenciei a política existindo muito antes do limite temporal imposto pela Justiça Eleitoral, sobretudo ao acompanhar de perto o cotidiano de políticos locais quando fui a campo em março de 2016.

Desde o surgimento da Antropologia da Política desenvolvida no NuAP, a discussão sobre a temporalidade da política se faz presente em praticamente todos os trabalhos dessa subárea. No entanto, como já mencionei, o termo *tempo da política* tornou-se uma categoria muito explicativa ao sair do ambiente singular onde foi criada. Foi Goldman (2006) que, pertinentemente questionou o uso generalizado do termo “tempo da política” destacando que ele deveria ser usado nos termos nativos, como foi o caso do trabalho de Palmeira e Heredia (1996). Com essa questão levantada já há algum tempo, reduzimos bastante a quantidade de tinta necessária para explicar que o conceito *tempo da política* deve ser tratado nos termos do que os agentes vivenciam no cotidiano, ou seja, é a partir de nossos colaboradores de pesquisa que teremos acesso aos indícios desse recorte no contínuo do tempo. Por isso mesmo que apesar de não presenciar as festividades políticas, como o *barulho* e as campanhas feitas nas ruas, meus colaboradores políticos diziam a mim que estavam fazendo política constantemente, apenas um pouco mais *silenciosa* do que a população está acostumada. Já os meus amigos eleitores que pouco estavam envolvidos com a política

fora da época de campanha destacavam a necessidade que eu tinha de acompanhar as eleições, pois seria na *política* que conseguiria ver os políticos em ação. Por isso é importante por parte do pesquisador acurácia ao definir a quem vai fazer seus questionamentos e perceber de quem está vindo as respostas dessas questões. E ao fazer isso pude perceber que o “tempo da política” se limita a um pensamento do eleitor e uma ideia do funcionamento da justiça eleitoral.

O período que fiquei em campo não tem uma definição teórica delimitada, pois etnograficamente os trabalhos desenvolvidos no Brasil acerca da política se dividem em dois períodos – o “*tempo da política*” e o período entre duas eleições. Para definir o período em que fiquei em campo, meus colaboradores políticos usavam o termo *pré-campanha*, bem como definiam-se e definiam seus adversários em potencial como “pré-candidatos”<sup>8</sup>

Esses dois termos – pré-campanha e pré-candidato – serão adotados por mim ao longo de toda esta etnografia. Esse período de pré-campanha não é compreendido pelos meus colaboradores eleitores como um período político, mas é usado frequentemente pelos meus colaboradores políticos como uma forma de se fazer política (mesmo que discretamente para não configurar como crime eleitoral).

Até aqui defini meus colaboradores entre os “colaboradores-eleitores” e os “colaboradores-políticos”, mas ainda não os apresentei de modo adequado. Os colaboradores-políticos, conheci ainda em 2014 quando realizei a pesquisa de campo piloto. De lá para cá muita coisa mudou no cenário político nacional que reverberaram no local do campo, mas que não atingiu o andamento da pesquisa mesmo havendo a

---

<sup>8</sup> Mesmo que alguns deles já fossem considerados como candidatos oficiais dos seus respectivos partidos e grupos, esse termo era necessário por uma questão de precaução legal.

mudança de sigla por parte de Mauro (meu principal colaborador político), antes filiado ao PT e que durante a pesquisa de campo filiou-se ao PROS. Atualmente com 42 anos, Mauro nasceu em uma cidade vizinha de Monte Verde Paulista. É filho de uma dona de casa e de um servidor público que ocasionalmente participava de campanhas políticas da família de Dito, um importante político do município. Diferente do encontrado em outros trabalhos (KUSCHNIR, 2002), Mauro salientava que *pegou gosto* pela política ainda criança ao acompanhar seu pai nas campanhas políticas. Ainda na escola, participava de disputas para as vagas de representante discente de sala e na adolescência foi do grêmio estudantil no ensino médio. Na graduação foi eleito em chapa para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade em que cursou economia, e pelo PT foi filiado dos 18 aos 36 anos. Nesses quase 20 anos no PT, foram três tentativas como candidato a vereador e em todas as oportunidades Mauro conquistou menos de 50 votos, um número baixo para os padrões monte verdense. Tornou-se presidente do PT em 2010 em uma chapa majoritariamente composta por seus familiares (esposa, mãe, tios e sobrinhos), e na eleição suplementar de 2013 foi o candidato do partido em meio a muita controvérsia em relação à escolha de seu nome. Em 2015 mudou de sigla para disputar a vaga de prefeito pelo PROS, em decorrência do desgaste político que acometia o PT.

Desde a nossa primeira conversa em 2014 até minha ida em definitivo para o campo, Mauro tornou-se meu principal interlocutor. Assim, essa etnografia está alicerçada nas opiniões e impressões dos membros do *grupo* político de Mauro em relação ao processo decisório de escolha dos candidatos registrados pelas coligações que foi realizado para as eleições de 2016. Além de Mauro, tive contato direto com outros membros do seu grupo político, desde as pessoas mais próximas, como o

professor secundarista Rodrigo, o blogueiro Ricardo, as donas de casa Ivete e Ingrid, seu amigo e presidente do PSOL Bernardo, bem como com o seu núcleo familiar, que por uma questão estratégica que será explicada em um momento mais oportuno, ainda estavam filiados ao PT; até os mais distantes que foram se aproximando à medida em que os meses iam passando, como o presidente e ex-presidente do PSDB, e alguns filiados e colaboradores que preferiam não se envolver diretamente com a política para não ficarem “falados”, mas que estavam apalavrados com a candidatura.

### 1.3. Como os políticos fazem política?

Apesar de conviver mais com pessoas ligadas à *política de votos*, tive como interlocutores moradores que não estavam envolvidos com nenhum grupo ou partido. Quando conversava com eles e com os políticos era nítida a diferença nos discursos acerca de política. Com intenção de me ajudar, Emerson, servidor público do município, me orientou a ficar para o período eleitoral, já que seria no *tempo da política* o momento ideal para ver como a política funcionava e era “*suja*”. Em Monte Verde Paulista a política se faz com *festas* e *barulho*. Essas duas palavras marcam a divisão temporal entre um período de calma no município e outro de agitação, e de uma espécie de *vale tudo*, razão pela qual a política é caracterizada como *suja* por Emerson, já que seria na *política* o momento certo para ver a *compra de votos*, a *roubalheira* e as *traições* comuns entre os políticos monte verdense nesse período.

Como cheguei na pré-campanha não enxergava de modo explícito as relações entre eleitores e políticos, como mostraram alguns trabalhos (PALMEIRA, 1992; PALMEIRA E HEREDIA, 1996). Como já disse, meus colaboradores-eleitores compreendiam a política como uma atividade do período eleitoral (PALMEIRA, 1992;

1996). No entanto, observei que meus colabores-políticos mobilizavam boa parte do seu tempo para manter vivas as relações com seus eleitores (BEZERRA, 1999; ABREU, 1999, KUSCHNIR, 2000a; 2000b; HEREDIA, 2002; PINTO, 2013; VILLELA, 2009, 2011, 2015) entre duas eleições (HEREDIA, 2002). Na pré-campanha, portanto, vi em campo que embora não sejam explícitas essas relações entre eleitores e políticos eram patentes. Em Monte Verde Paulista, embora os moradores com quem conversei dissessem que eu deveria acompanhar as campanhas, os políticos me alertavam para o fato dos eleitores já estarem indo atrás deles para obter certos favores, o que é bastante recorrente e explícito no período eleitoral. Dentre os políticos que exerciam funções legislativas, temos o vereador Otávio (PPS/PTN), que disse a mim que tentava manter-se sempre próximo dos eleitores durante todo mandato para não ser acusado de político que só aparece a cada quatro anos, muito embora tenha também admitido que mesmo se esforçando ao máximo em manter vivas as relações de morador-morador com os seus eleitores, era muito difícil de agradar a todos e vez ou outra era acusado de ter abandonado o bairro que o havia eleito.

A conclusão a que cheguei ainda em campo é que os políticos (com cargos eletivos ou não) estão fazendo política o tempo todo, e o fazem no período “entre duas eleições” buscando criar um cotidiano que lhe possibilite manter vivas as relações com os “eleitores reais e potenciais” (HEREDIA, 2002). Por isso, os pré-candidatos buscam contornar as leis para que de alguma forma o período pré-eleitoral também tenha um aspecto performático na disputa pelo apoio de políticos, partidos estaduais e eleitores, mesmo que esse período tenha que ser menos festivo por uma questão legal.

Meus dados de campo mostram que o eleitor ao contrário do que se pode imaginar sabe como a democracia e a representação eleitoral funcionam (além de saber

como deveria ser). E sabendo como é, estão a todo tempo tentando de algum modo tirar vantagem desse conhecimento exigindo favores dos interessados a serem candidatos. E como meus interlocutores-moradores dizem: tem que se aproveitar a política para conseguir o que se precisa antes do mandato ser iniciado, pois como se sabe, eles costumam sumir após as eleições e só reaparecem meses antes da *política* se iniciar novamente. Uma maneira utilizada pelos eleitores para chamar a atenção dos políticos para ajudá-los é mostrar aos pré-candidatos a quantidade de votos que o seu núcleo familiar dispõe. Ademais, logo quando um membro da família faz 16 anos busca-se um vereador ou algum pré-candidato que esteja interessado no alistamento e no voto do jovem eleitor para cobrar pelo adiantamento de seu alistamento não obrigatório. Apesar da Justiça Eleitoral fazer todo ano o alistamento eleitoral, é no ano de eleições que vemos a emergência de uma particularidade no que se refere ao valor que o título eleitoral passa a ter. Além do cadastro de novos eleitores, a Justiça Eleitoral abre o período para aqueles que pretendem transferir seus títulos de município. Rodrigo, um pré-candidato de um dos partidos do município, é um jovem professor secundarista, pagou a vinda de ao menos 18 familiares que residem na capital mineira para realizar o alistamento no município de Monte Verde Paulista. Como me destacou certa vez “quem quer ser candidato precisa mostrar que *tem votos*”. Mostrar que tem votos é a maneira mais fácil de ser almejado pelos grupos políticos e de receber ofertas por parte deles. Ser convidado a ser candidato, sem precisar se voluntariar, também aumenta o prestígio e a procura por outros grupos. Como meus colaboradores políticos me alertavam com certa frequência era muito comum um pré-candidato já acertado com um dado gruposer procurado por pessoas de outros grupos, seja para mudar de grupo, seja para

ser um espião ou até mesmo para desistir da candidatura em troca de algum bem ou favor. Mas essa questão terá mais atenção no capítulo 3.

### **1.3.1. As festas pré-eleitorais**

Palmeira e Heredia (2010) sugerem que os comícios, passeatas e panfletagens marcam o início do “tempo da política”. Assim, esses eventos são compreendidos como um modo de objetivação das lutas faccionais, e é por meio deles que as disputas mostram-se publicamente, demonstrando a força de um dado grupo para as suas facções rivais (COMERFORD E BEZERRA, 2013). Christine Chaves (2003), em seu estudo sobre as eleições em Buritis, noroeste de Minas Gerais, defrontou-se com a afirmação recorrente de que a política naquele município “faz-se com festas” (CHAVES, 2003, p. 83). A autora identificou nas festas a dramatização da “pessoa política” que ao mesmo tempo em que enfatiza a igualdade engendra estatutos diferenciados de cidadania (COMERFORD E BEZERRA, 2013). Surpreendida inicialmente, Chaves (2003) admite que em lugar de eleições, defrontou-se com festas e, ao invés de partidos, encontrou pessoas (*ibidem*). Pude notar um contraste muito evidente entre a minha primeira visita em Monte Verde Paulista no período eleitoral de 2014, quando observei as fachadas das casas com banners, os carros adesivados e os jingles de campanha tocando nas ruas no período eleitoral, e o período pré-eleitoral do ano de 2016, sendo que este último que acompanhei se mostrou bem mais contido. Contido, é importante salientar por uma questão legal imposta pela Justiça Eleitoral que coíbe eventos políticos fora do período pré-estabelecido em calendário oficial das campanhas políticas.

Chaves (2003) chegou a esses resultados de pesquisa por conta da determinação de conceder validade às proposições de seus interlocutores. Portanto, foi preciso investir na participação dos festejos locais. Trata-se de dar ênfase na relação entre

políticos e eleitores e não entre eleitores e partidos. Essa opção analítica é acompanhada pelo entendimento da disciplina antropológica de conferir significado às adesões políticas e por essa razão, as festas políticas têm uma importância tão grande em sua etnografia.

A partir da eleição de 2008, a legislação eleitoral coibiu a execução de shows artísticos em comícios, bem como o oferecimento de comidas e bebidas em eventos das campanhas eleitorais. Nem por isso as etnografias deixaram de retratar as festas como importante elemento das eleições na política local. E apesar das festas serem um marcador temporal de quando se inicia o *tempo da política*, as mesmas acontecem antes desse período em uma tentativa de romper com o ciclo, que já é conhecido e zombado pela população. Se a política “faz-se com festas” (CHAVES, 2003), o período anterior a esse é um pouco mais retirado nas celebrações, até porque é proibido por lei realizar campanha antecipadamente. Portanto, se as fachadas das casas são pintadas, os carros enfeitados e as músicas tomam conta do período eleitoral, o período pré-eleitoral é mais contido. Em meu campo etnográfico, os festejos religiosos e municipais eram tomados pela política em uma tentativa de tornar as festividades apenas um propósito inicial, e isso se dava pela proibição eleitoral de se fazer qualquer tipo de manifestação que caracterize uma campanha antecipada, ademais havia uma clara tentativa de romper com a relação eleitor-político e substituí-la por uma relação morador-morador ou cidadão-cidadão, isso, é claro, em relação às festividades em que Mauro comparecia. Em relação aos pré-candidatos que já dispunham de um mandato vigente, essa participação das festividades pode se mostrar uma desvantagem, pois há certos constrangimentos em receber e acolher um político em sua festa em um momento tão próximo do *tempo da política*. Pude presenciar alguns murmurinhos em relação a

chegada de um vereador a uma quermesse, já que em todo seu mandato como vereador, aquela era a primeira participação do político na festa. Quem me alertou para tal situação foi o próprio Mauro que também destacava a falta de engajamento de Sofia na comunidade católica da quermesse, pois diferentemente dele, ela não frequenta a missa todo domingo e tampouco participa das festividades religiosas que acontecem anualmente.

Essa tentativa de romper com tal hierarquia eleitor-político, tem a ver com a incredulidade do eleitor na figura política, e por essa razão busca-se uma horizontalidade na relação social. É por isso que os pré-candidatos buscam contornar as leis para que de alguma forma o período pré-eleitoral também tenha um aspecto performático que lhe aproxime de eleitores potenciais. Nesse período os elementos tão característicos do período eleitoral como os muros pintados, os carros adesivados e os jingles dão lugar a uma discreta campanha pré-eleitoral que constitui uma estratégia de *ganhar o eleitor ainda no começo*, principalmente os de comunidades mais distantes que, segundo Mauro, costumam decidir seu voto muito cedo. Mauro realizou algumas caminhadas com seus pré-candidatos buscando apoio de eleitores para fazer seu grupo se fortalecer e dessa forma intimidar seus adversários. Essa movimentação foi uma maneira de mostrar aos adversários que tinha condições financeiras de *bancar* uma atividade política, o que passou a ser fundamental para Mauro que vinha com o tempo sendo desacreditado. Essas investidas de estar com a população antes da campanha era uma tentativa de não caracterizar o *tempo da política* como o único momento de contato entre político e eleitor. Isto é, era uma tentativa de romper com o caráter cíclico que a população considera ser o período eleitoral e estabelecer um vínculo entre dois moradores da cidade que comungam dos mesmos anseios por melhorias. Portanto,

cumprimentar na rua, dar atenção aos moradores, reconhecer e conversar com a pessoa pelo nome dela são elementos fundamentais que o potencial eleitor valoriza e que os políticos e pré-candidatos precisam acionar sempre. Para quem quer ser político (no sentido de querer ser candidato) a primeira coisa e mais fundamental é dar atenção e evitar ao máximo qualquer tipo de desentendimento, pois como se sabe 'vão falar bem de você para dez pessoas e mal para cem'.

Por tudo isso, as festas juninas foram bastante exploradas pelo grupo político que acompanhei. Nesses eventos festivos, ter pré-candidatos a vereadores que fazem parte dessas comunidades ajuda os pré-candidatos à prefeitura a se aproximarem e serem melhor recebidos. Certa vez, Mauro destacou a necessidade de haver pré-candidatos de vários nichos e segmentos disputando espaço no grupo, pois eles levam o candidato a prefeito até as comunidades. Esses pré-candidatos a vereadores auxiliam a aproximação entre ele e a comunidade. Essas atividades festivas presentes no calendário oficial do município se apresentavam como ótimas desculpas para a participação dos pré-candidatos nesses eventos sem parecer uma campanha antecipada, tanto pela questão legal quanto por uma busca de não parecer uma atividade política. Nesse período, assim como na campanha eleitoral, os candidatos evitam se encontrar para não criar um clima constrangedor para os anfitriões desses eventos. Já em atividades não festivas, como realizado por Mauro e seus pré-candidatos a vereadores, os mesmos se encontravam com lideranças locais, mas como já mencionei, tudo sem muito *barulho*, porém com uma tradicional foto de apoio a pré-campanha.

Apesar de distintas, não era difícil de acompanhar essas atividades que lembravam bastante as atividades que ocorrem nas campanhas eleitorais. O período

pré-eleitoral não se distingue em grande parte do que a antropologia já constatou sobre as festividades eleitorais, e mesmo na pré-campanha os chamados rituais de comensalidade ocorrem (KUSCHNIR, 2002). A distribuição de comida e bebidas, ou apenas o comparecimento em festividades em que se distribui comida e bebida são elementos importantes para as atualizações dos papéis sociais e explicitam laços de lealdade e sentimento de pertencimento. Porém, meus colaboradores-políticos me diziam que essas festividades são mais veladas e costumam ter um caráter menos explícito de quando ocorrem no período eleitoral. Vários trabalhos destacaram a importância das festas no período eleitoral para ressignificar as alianças. Enquanto alguns antropólogos defendem a refeição como um ritual que reforça as distinções e hierarquias sociais (DAMATTA, 1978), outros destacam que essas festas encenam o próprio ritual da eleição, sendo o momento da eleição o símbolo da igualdade entre os participantes, mas que quando os agentes políticos ocupam seus mandatos a diferença reaparece (KUSCHNIR, 2002). Em campo, observei uma tentativa de meus colaboradores-políticos de se igualarem aos eleitores potenciais a partir do discurso de que como iguais comem a mesma comida, bebem do mesmo copo e que, portanto, anseiam das mesmas preocupações em relação ao município.

### **1.3.2. A política de grupos**

No período pré-eleitoral em Monte Verde Paulista, se faz política no cotidiano, cumprimentando os moradores nas ruas e fazendo o possível para ajudá-los quando solicitam ajuda, mas no período pré-eleitoral a política também se faz *compondo grupos* políticos. Primeiro se faz política para a população, depois se faz política para os demais políticos ao procurá-los para *compor* um grupo político.

Mas, afinal de contas, o que é um grupo político? Os grupos políticos são coletivos que se juntam, ligados por um interesse em comum e a fim de *reunir forças* para lançar algum de seus membros como candidatos. Porém, o *grupo* político não deve ser confundido simplesmente com um partido ou coligação, pois ele não é institucionalizado. Não há nenhum código ou regulamento que cuide dessa atividade, de sua composição ou sob os que nela participam. No entanto, essa confusão conceitual mostra-se presente em meu campo, pois muitas vezes a palavra grupo substitui em muitos diálogos a ideia de partido. Logo, um grupo pode ser formado por apenas um partido (exemplos presentes em meu campo são os grupos do vereador Alberto, do Dem, e do vice-prefeito Giovanni, do PR), mas também pode ser composto por vários partidos (o grupo de Mauro, por exemplo, passou por diversas mudanças, sendo que em sua composição, no meu primeiro dia de campo, contava com sete partidos: PROS, PHS, PT, PSOL, PSDB, PCdoB e PDT). Os partidos constroem essas parcerias com o esforço comum de fortalecer os nomes de seus membros para a campanha. Mauro além de ser (até então) o presidente municipal do PROS, era quem estava à frente do grupo político que o apoiava como candidato majoritário. Ele era conhecido como *líder*, *chefe* ou pela denominação mais comum: *dono do grupo* (Mauro, por sua vez usava a expressão possessiva '*meu grupo*'). Esses são termos para designar o membro do grupo que tem a responsabilidade de organizar as reuniões, mediar os conflitos de interesses e tomar certas decisões que serão melhor apresentadas no Capítulo 3. Cada um desses partidos que compunham o grupo de Mauro, possuía um presidente municipal responsável por intermediar os interesses do *seu* partido dentro do grupo, como o de reivindicar mais espaço para os seus pré-candidatos a vereador, por exemplo.

Para prosseguirmos, quero destacar que existe uma dificuldade grande em analisar e compreender cada um dos grupos políticos existentes naquele momento. Nenhum dos grupos e principalmente o grupo de Mauro, possuía uma sede. O grupo de Mauro tornava-se visível apenas nas reuniões não periódicas que realizava e ainda assim essa coletividade não era muito nítida para mim, pois nesses encontros não deliberativos compareciam um número pequeno de pessoas que não representava o número de apoiadores, bem como os membros filiados aos partidos que compunham o grupo. Tampouco dispunham de um local fixo para os encontros, sendo que as reuniões ocorreram em pelo menos três lugares distintos: a pousada de Vinicius (entusiasta da candidatura de Mauro), a associação de pescadores e uma padaria conhecida por ser frequentada pelos políticos locais. Os três encontros não tiveram divulgação externa e registro em fotografias, e apenas filiados, pré-candidatos e apoiadores dos diversos partidos que compunham o grupo de Mauro estiveram presentes.

Além da pré-candidatura de Mauro, estavam em evidência como pré-candidatos ao Executivo, Toninho, Dra. Sofia e Thiago Viana, respectivamente filiados ao PV, PMDB e PSD. E com menos força, o vereador Alberto e o vice-prefeito Giovanni, filiados no Dem e PR respectivamente. Toninho era tido como *candidato natural*, por ser na época o prefeito em exercício. Já Sofia Fernandes era a única mulher que se expressava como candidata à prefeitura, além de ser ex-mulher do ex-prefeito Dr. Moisés, tendo a sua candidatura garantida por conta do apoio dos deputados estaduais Fernando Capes, Bernardo Covas e do deputado federal Baleia Rossi. Por fim, Thiago Viana era outro nome dado como garantido por ter o apoio do deputado federal Pedro Rodrigues Dias, do PSD. Uma particularidade sua frente aos demais candidatos é a tradição política da sua família, dois de seus tios, um avô e um bisavô foram prefeitos no município, sem

contar as inúmeras candidaturas ao Legislativo. No entanto, essa noção de herança política contrastava com dois discursos o de que era bom tal herança política e o contrário, de que era ruim carregar consigo o mesmo sobrenome de políticos com ideias consideradas atrasadas. Já o vereador Alberto e o vice-prefeito Giovanni eram outros dois nomes que se destacavam, com menos força pois ainda buscavam o apoio de políticos e partidos. O vereador Alberto era o menos isolado dentre esses dois pré-candidatos, pois tinha o apoio da família Barbosa (o vereador da capital Nelson Barbosa e de seus dois filhos que são deputados).

*Compor grupo* significa também mediar conflitos de interesses e buscar no meio da população nomes com atributos, que participem de grupos religiosos e comunitários ou que pertençam a territórios geográficos específicos, como os moradores dos bairros afastados e da área rural. É uma via de mão dupla, tanto os grupos desejam essas pessoas com algum prestígio, bem como os moradores prestigiosos querem participar dos grupos mais prestigiados também. Pertencer ao grupo de Mauro, como foi relatado a mim por Ivete, filiada ao PROS, significava fazer parte de um grupo que aumenta seu prestígio próprio porque representa a busca por uma política mais séria feita por pessoas interessadas no bem do município. Na contramão dessa ideia, Maria, conselheira tutelar e filiada ao PT, acreditava que envolver-se com a *política de votos* representaria a perda do prestígio e do respeito que seu cargo eletivo lhe proporcionou. Maria assim como outros colaboradores desta pesquisa acreditava que existe um contraste entre ser político e ter prestígio, e que ser uma coisa impossibilita ser a outra. Outro exemplo de colaborador que acreditava nessa dicotomia era Helena, uma funcionária pública que, apesar de ser filiada ao PT, se dizia alheia às decisões políticas do partido no município. Esse asco pela política de votos era em razão de considerar a

política *suja*. Para se manter íntegro era necessário tomar cuidado para não se envolver e se contaminar com tal sujeira, e a maneira vista por Helena de se manter com prestígio era adotar o silêncio em relação a suas escolhas partidárias e políticas, e que muito embora a maioria da população da cidade soubesse que ela era filiada ao PT, a mesma evitava discutir sobre política com pessoas que já tinham ideias ruins formadas sobre seu partido. Essa repulsa pela política de votos dificultava o trabalho dos grupos políticos em agregar os nomes que consideravam como ideais para concorrer às eleições. E a crise política, de acordo com alguns colaboradores-políticos, piorou a busca por esses nomes, justamente por estar em evidência a ideia de que todos os que se envolvem com política, acabam de algum modo se sujando.

No período de crise política que o país enfrentava, ouvi queixas de Mauro e de vereadores como Valter (PSDB) que me alertavam da dificuldade que estavam tendo em trazer pessoas novas e mais jovens para a política, pois naquele momento envolver-se com políticos significava perder atributos *conquistados a duras penas*. Essa questão tem relação com o que Villela (2011) descreveu em seu campo etnográfico ao contrapor o que seus colaboradores descrevem entre *ser um homem* e *ser político*. *Ser homem* significa retidão moral, respeito e vergonha. Palavras incompatíveis e opostas ao político. O prestígio é obtido por uma boa reputação, e assim sendo a partir de um reconhecimento social. Para tentar se contrapor à ideia de *políticos de carteirinha* (termo pejorativo), Mauro propôs com seu grupo a realização de caravanas de caminhadas aos fins de semana nas regiões mais afastadas do município. Regiões e pessoas esquecidas pelos demais políticos. Essas caravanas tinham a tarefa de construir a credibilidade do próprio candidato que precisava restabelecer o crédito e a confiança da população em seu nome.

Os políticos com os quais conversei reconheciam a existência da *sujeira da política*, mas a contrastavam com palavras de positividade como *compromisso*, *honra* e *lealdade*. Essas três palavras foram usadas diversas vezes em seus relatos ao justificarem a opção de escolher um nome como candidato em detrimento de outro, mesmo quando uma dada decisão não parecia ser a mais racional. Explico melhor: já no limite do prazo para fazer o registro dos nomes indicados pelas coligações, o vereador Alberto abdicou de ser candidato à reeleição, pois havia firmado um *compromisso* com os pré-candidatos que havia trazido ao Dem, partido na qual sua esposa é presidenta e ele filiado. Esses acordos foram estabelecidos quando Alberto era pré-candidato a prefeito e buscava fortalecer seu partido filiando pré-candidatos com certo potencial de votos. Como é bastante comum, e tratarei com mais acurácia no Capítulo 3, pré-candidatos que estão em sua primeira tentativa evitam fazer parte de coligações e partidos que já têm vereadores e *políticos de carteirinha*, pois é do conhecimento local que esses vereadores têm mais recursos para suas campanhas o que tornaria os candidatos novatos *trampolins* para ajudar a eleger os vereadores. Logo, esses pré-candidatos queriam que Alberto cumprisse o compromisso de não se lançar candidato a vereador.

Assim, a composição dos grupos é um momento oportuno para medir forças e observar as chances de se eleger nas urnas, segundo a avaliação do grupo. Além disso, era possível observar outro fato interessante: a política local acompanha em paralelo a política estadual/federal, e a mesma traz à tona relações insuspeitas de interesses políticos do nível nacional no local. O próximo capítulo justamente serve para explicar as relações intrínsecas existentes entre o local e o estadual/nacional.

### **1.3.3. As difusas fronteiras entre política e família**

Os ideais da democracia representativa compreenderam a política a partir de teorias e conceitos puros – uma espécie de ideal que jamais se realiza em parte alguma (VEYNE, 1984). Assim quando ocorre o contato da política com a família, por exemplo, tratamos logo de denunciar tal proximidade como “nepotismo” (VILLELA, 2008). Apesar da tentativa de afastar a política da família, os trabalhos de Marques (2002), Heredia (1996), Palmeira (1992; 1996), Villela e Marques (2017) e Comerford (2003) mostram a participação ativa das famílias na política.

Sabendo que as lógicas de política e de família são indissociáveis nas relações sociais dos monte verdenses, procuro abordar os tangenciamentos entre esses domínios sociais, questionando as supostas fronteiras entre os domínios do político, do familiar e do público e do privado. A crença de que existam tais fronteiras faria com que acreditássemos na existência de uma autonomia plena entre as atividades políticas e familiares. A discussão acerca de política e de família se fez necessária por conta das imposições dadas em campo. A dificuldade que Mauro tinha de ser respeitado pelos demais pré-candidatos está diretamente relacionado ao fato de sua família não possuir uma tradição na política. O fato dele não ter herança política, o fato de não ser político e de nunca ter sido vereador pesava nas avaliações negativas que Mauro recebia dos demais políticos que usavam essa questão para enfraquecer sua pré-candidatura. Bernardo Alves, amigo de Mauro e presidente do PSOL no município, destacou certa vez que os políticos da cidade não se conformavam com o fato de Mauro ser um forte pré-candidato *mesmo não sendo político*, também mencionando que esta seria uma estratégia de campanha, ou seja, associar o fato dele não ser político como uma opção frente aos *'políticos de carteirinha'*.

*Em Monte Verde Paulista as famílias votam juntas*, ouvi essa frase por inúmeras vezes o que reforça o argumento de Palmeira (1992) ao dizer que o voto é uma adesão. Emerson era um dos meus colaboradores moradores que se orgulhava em dizer que não tem família na cidade, e que embora trabalhe na prefeitura não *precisa dos favores* de nenhum dos interessados a candidatos. Emerson foi um dos poucos colaboradores que descreviam sua escolha pragmaticamente e não usava o termo “*votar em consideração*” para justificar a sua escolha por determinado nome.

Como destacado por Palmeira (1996), a adesão é vinculada a certas “lealdades primordiais” (PALMEIRA, 1996, p. 46). Essas lealdades estão vinculadas a relações de laços de parentesco, amizade, vizinhança que faz com que os indivíduos se sintam obrigados a votar em seus parentes. Como adiantei acima, dispor de uma família ou parentela grande é, portanto, um importante capital político. Então podemos dizer que sabendo que os eleitores aderem a certas “lealdades primordiais” por conta de laços familiares, de amizades e de vizinhança (PALMEIRA, 1996), os partidos que formavam o grupo de Mauro davam preferência a candidatos que tinham família grande, pois acreditavam e tinham uma expectativa muito grande de que ele teria os votos de toda essa parentela. Mas afinal o que é parente para aqueles que acompanhei no campo? Parente é esposo (a), filhos (as), tio (a), sobrinhos (as), cunhados (as), sogros (as). Família, logo, é o sobrenome, mas também as relações que se estabelece com um afim. Como ouvi por diversas vezes: todo mundo é um pouco parente de todo mundo em Monte Verde Paulista.

As categorias família e parente não são dados estáticos e estão, portanto, sujeitos a rompimentos temporários ou permanentes. Sabendo que existem conflitos

de interesses dentro dos próprios núcleos familiares, os *grupos* políticos buscam neutralizar um candidato de uma família, e mesmo em meio a alguma desavença, busca-se que os votos da família sejam divididos. A parentela dos Alves, por exemplo, é bastante expressiva, pois além de ser grande já teve um vereador eleito por diversas vezes. Bernardo Alves é filho desse vereador e esperava herdar do pai o capital político, além, é claro, de ter os votos de seus familiares próximos e de parentes. No entanto, dias antes dos partidos terem que definir os escolhidos, a prima de Bernardo, Sandra, oficializou-se como pré-candidata. Essa tomada de decisão, aparentemente súbita existiu, pois segundo Mauro, Sofia estava precisando de candidaturas de mulheres para conseguir fechar sua lista definitiva de candidatas. Ao escolher Sandra, Sofia supriu a necessidade do seu grupo de registrar a candidatura de uma mulher e ao mesmo tempo tentou neutralizar a candidatura de Bernardo. Ainda quando era pré-candidato, Bernardo já descartava até mesmo pedir votos na parte da família de Sandra. Isso se dava porque que a categoria família é bastante complexa e agrega diversos nichos e genealogias distintas. Certamente que todos os Alves são parentes, mas tem aqueles que são *mais distantes*.

O fato de uma mesma família ter mais de um candidato foi muito criticado por inúmeras pessoas com as quais eu conversei. Essa prática também não é bem avaliada pelos meus interlocutores. Há um primeiro constrangimento quando na mesma família são escolhidos mais de um candidato, bem como um segundo constrangimento, quando as famílias precisam dividir de algum modo seus votos de modo que ajude ambos. Guilherme, filiado ao PT, destacava que era errado haver dentro da mesma família mais de um candidato, pois é embaraçoso ter que optar por um dos nomes, e que por isso mesmo o escolhido geralmente é o que *está mais próximo*. Para contornar esses

embaraços, Guilherme destacou que durante a convenção realizada por Thiago Viana, dois pré-candidatos irmãos negociaram para que apenas um saísse candidato. A escolhida foi a mulher, pois a mesma seria útil na composição dos 30% da chapa de candidatas mulheres, além de agradar pessoas de fora do círculo familiar.

Porém tais estratégias não estão relacionadas apenas às relações entre grupos rivais, mas são utilizadas nas dinâmicas dentro do próprio grupo. Conversando com Danilo, atual presidente do PSDB, quando os nomes já tinham sido definidos, ele destacou como Ed, um dos pré-candidatos, foi ingênuo de ter deixado sua mulher também ser candidata. Segundo Danilo, a indicação para candidatura da mulher de Ricardo foi um pretexto para que o partido pudesse indicar mais um homem para a chapa, já que a verdadeira intenção era beneficiar diretamente um outro candidato do seu próprio partido. De acordo com o raciocínio de Danilo, Joana, a mulher de Ed, tomaria alguns votos que seriam de seu marido, mesmo Ricardo afirmando que a esposa não faria campanha.

A procura por determinada pessoa de acordo com a família a que pertence também está condicionada ao fato do núcleo familiar ter prestígio no município, pois apesar do grupo familiar ser importante para a soma dos votos, ele nem sempre é suficiente para eleger um dos membros. Logo, outros atributos são necessários para o êxito nas urnas. No entanto, grande parte dos candidatos dessas famílias são escolhidos apenas para angariar os votos do núcleo familiar, servindo de *escada* (no capítulo 3 descreverei o significado de ser candidato escada) aos candidatos que efetivamente o grupo tem interesse na vitória, como destacou Cássio, ex-coordenador de campanha de Dito.

Mas não são apenas os políticos que sabem que as relações familiares e de parentesco têm um importante papel na escolha dos candidatos. Os pré-candidatos também fazem uso desse recurso para tentar se apresentar em uma situação mais favorável aos demais, muito embora essas relações tenham peso na escolha dos candidatos, elas não são as únicas que importam para os grupos políticos. Olhar a parentela e ver se o pré-candidato dispõe de uma família grande é apenas um dos elementos que constituem a decisão, pois como também destacamos brevemente, nem todo pré-candidato tem apoio incondicional da família, e nem toda família grande tem o respeito da cidade.

Em Monte Verde Paulista, uma vez que familiares muito embora estejam do mesmo lado, estão em partidos distintos. Três dos quatro grupos que estamos destacando são exemplos dessa dinâmica. Dito é aliado de Pedro Rodrigues Dias, no entanto é filiado oficialmente ao PPS. Sua mulher é a presidenta do PSD. João Viana, irmão de Dito é o presidente do PRB. Felipe, primo de Dito é o presidente do PTB. O grupo formado por Sofia Fernandes é outro exemplo. Seu atual namorado, Luan Soares é presidente do partido em que se candidatou, o PMDB. Sua melhor amiga e irmã de Luan, Olivia Soares é a presidenta do PMB, sendo seu pai e de Paulo, Carlos Soares, o presidente do PP. Como já destaquei anteriormente, ao sair do PT, Mauro manteve sua família filiada ao partido para que assim mantivesse o apoio da sigla. Os partidos que estavam com Mauro tinham a sua frente pessoas da confiança de Eduardo Augusto (político influente da sigla na qual Mauro estava lançando sua candidatura), a saber: o PDT, presidido por Natália, o PCdoB, presidido por Manoela (sobrinha de Natália), e o PHS que tinha o genro de Ricardo como presidente.

## CAPÍTULO 2: OS POLÍTICOS ESTADUAIS E NACIONAIS E A “PEQUENA POLÍTICA”

### 2.1. Os deputados estaduais e federais na “pequena política”

Monte Verde Paulista é um pequeno município localizado geograficamente a aproximadamente 600km da capital do estado de São Paulo. Embora possua um extenso território, a densidade demográfica é baixa com aproximadamente 16 mil habitantes, e desse número cerca de 13 mil são eleitores. A locomoção entre os bairros é bastante precária, tendo muitas vezes estradas de terra como único acesso. Meu campo ocorreu basicamente na área urbana, na qual se concentra mais de 80% da população. A economia local é movimentada pelo turismo e por pequenas indústrias locais. Uma outra fonte de renda é a prefeitura, que emprega ao menos 10% da população diretamente, entre cargos comissionados e públicos. Assim como ocorre na cidade de Jordânia, campo etnográfico de Villela e Marques (2017), o *tempo da política* é crucial na vida de uma parcela considerável da população de Monte Verde Paulista, que se interessa em saber qual grupo se estabelecerá no poder, haja visto o número considerável de pessoas que dependem do serviço público.

O que me era questionado em campo e por parte de colegas de curso, era a relevância política que uma cidadezinha de São Paulo poderia ter para o cenário nacional e global da política de votos. Bem, a resposta não é complicada de ser dada, mas também não significa que seja fácil de explicar. Em defesa da escolha de Monte Verde Paulista como campo, posso trazer dois argumentos que se relacionam um com o outro:

- 1) O município estudado, assim como todos os demais, não está solto, tampouco parado no tempo. Logo, o meu interesse em realizar a pesquisa em Monte Verde Paulista é

mostrar uma relação política de dimensão nacional mesmo que a partir de uma perspectiva local. Isso porque os colaboradores locais (prefeitos, vereadores, ex-prefeitos e pessoas envolvidas com a política) respondem a um partido nacional com interesses próprios. Essa ideia de “local” e “nacional” foi questionada por Bailey (1971), que sugere que os mesmos recursos políticos são mobilizados tanto nas instituições formais da política oficial como nas pequenas comunidades. De forma resumida, a pequena comunidade é “invadida” pela política oficial, e a política nacional também é invadida pela pequena política (PALMEIRA, 2004). 2) Existe um interesse dos políticos locais de apoiar deputados estaduais e federais. Esse interesse se justifica pela necessidade de trazer recursos financeiros para a administração da cidade em troca de prestígio com a população, sobretudo com os potenciais eleitores. Isto é, quando esses recursos financeiros são convertidos em obras e serviços públicos no município conferem prestígio ao político que angariou tais recursos (BEZERRA, 1999; 2001). E como observado em campo, o prestígio adquirido por meio de tais *conquistas* pode ser convertido em apoio à candidatura. O prestígio, nesse caso, está relacionado ao reconhecimento público de que uma determinada pessoa prestou um serviço à população.

É do conhecimento e até bastante difundido em nossa disciplina que existe um fluxo de recursos-favor entre eleitores e políticos, mas é preciso notar que políticos também são eleitores, como Villela e Marques (2002) nos mostraram. E para este capítulo esta compreensão se mostra particularmente necessária. Um fluxo de recursos é emitido da União aos Estados e destes aos municípios, isto é, os políticos locais sabem que recurso-favor produz recurso-voto por parte dos eleitores (VILLELA, 2002); bem como os políticos estaduais e federais sabem que liberar recursos da União e do Estado

durante seus mandatos angaria apoio por parte de políticos locais. Logo, podemos dizer que quando os políticos municipais recebem recursos-favor eles passam a dever recursos-apoio.

Essa linha tênue entre ser tanto político como eleitor, faz com que exista essa relação recíproca de interesses entre o político local e o político estadual/federal. Quando falei com Mauro pela primeira vez estávamos no período eleitoral de 2014. Como adiantei na Introdução, antes de me dirigir a Monte Verde Paulista pedi ajuda a um vereador petista cujas atividades acompanhei para realização de minha iniciação científica e monografia. Esse vereador me indicou o até então deputado estadual Vicente Silva, que por sua vez indicou que eu conversasse com Mauro, presidente do PT no município em questão. Como podemos ver há uma rede que une esses sujeitos, muito embora o vereador Renato (como o chamei na monografia) e Mauro não se conhecessem, ambos estavam comprometidos em realizar a campanha de Vicente Silva no município na qual residiam, ainda que cada um o apoiasse por razões distintas. No caso específico de Mauro, e que interessa a este texto, é que nas eleições suplementares de 2013 no município, Mauro recebeu apoio e recursos do PT estadual e sobretudo o apoio do deputado estadual Vicente Silva para fazer sua campanha. Portanto, nada mais *natural* que em 2014 Vicente recebesse o apoio e empenho de Mauro em sua campanha à reeleição a deputado.

Bezerra (1999) nos mostra essa relação de interdependência de políticos locais e deputados estaduais/federais ao salientar que a conduta dos parlamentares em favor de suas bases ocupa uma parte considerável do tempo e dos esforços políticos desses sujeitos na sua intervenção nos processos de elaboração e execução do orçamento da

União, tal como definido a partir da Constituição Federal de 1988. Bezerra (*idem*) também nos mostra que os prefeitos e vereadores dependem dos parlamentares para assegurar que seus interesses sejam tratados nos órgãos governamentais superiores. Ao mesmo tempo e do ponto de vista eleitoral, o apoio político de prefeitos, vereadores e líderes locais é essencial para uma grande parcela dos parlamentares. Essa observação possibilitou que Bezerra (2001) chamasse a atenção para o fato de que, apesar dos parlamentares terem o potencial de serem votados em todo o Estado, o que ocorre na prática é uma “forma de distritalização do voto”<sup>9</sup>, já que os parlamentares mantêm seus esforços políticos e eleitorais em uma área específica do estado, conhecida como “*base política*”.

O que une políticos estaduais/federais e os representantes e políticos locais é uma série de fatores, como podemos depreender a partir do que já foi falado. No entanto, o que observei em campo é que o principal elo entre esses sujeitos é o *fortalecimento do nome*. Isso quer dizer, a conquista de prestígio por meio do prestígio do outro. Como fui informada em campo, há várias maneiras de se obter prestígio. Como já mencionado, uma delas é o reconhecimento da população por um serviço público, mas outro modo de ser reconhecido como uma pessoa de prestígio é ser lembrado pela vida íntegra dedicada ao bem público/comunitário. Os líderes locais comunitários eram os mais procurados pelos grupos políticos que disputariam as eleições, pois além de serem reconhecidos pelo bem que fazem à comunidade dispunham de uma característica bastante relevante e ainda mais valorizada para a disputa de 2016, eles

---

<sup>9</sup> Isso quer dizer que embora no Brasil a fórmula usada para definir os vencedores de uma disputa eleitoral seja o proporcional, os políticos comumente fazem campanha para conquistar os votos em determinadas regiões do estado, método característico do sistema distrital de maioria simples (Nicolau, 2012a).

não eram políticos. Essa característica foi bastante apreciada pelos grupos que tentavam de algum modo se renovar diante da forte crise de representatividade que os partidos políticos passaram a enfrentar pós-manifestações de 2013.

Os líderes comunitários e outros moradores de Monte Verde Paulista que são reconhecidos por fazerem benfeitorias para a população eram os poucos que não precisavam pedir aos grupos para serem candidatos, pois antes mesmo disso já eram convidados. Mauro destacou que esperar ser convidado, em muitos casos, aumenta de certa forma o prestígio do nome do convidado, que também passa a ser convidado por outros grupos, o que faz com que cada vez mais os grupos ofereçam vantagens para filiar-se a este e não a outro partido. Mas como veremos no Capítulo 3, tornar-se candidato, isto é, virar político, portanto, pode fazer o inverso e torná-lo desprestigiado pela população, pois como é possível ver também em outros campos etnográficos (VILLELA, 2012), “ser político” e “ser íntegro” são coisas incompatíveis.

O vereador Luciano (PSC) me alertou que os votos que os políticos locais conquistam para os deputados servem como métrica para determinar quantos votos ele próprio poderá ter nas disputadas locais (para aqueles que nunca disputaram uma eleição, por exemplo). É bem comum políticos locais buscarem fotos, depoimentos e apoio de políticos estaduais e federais para assim usar da imagem deles em benefício próprio. O inverso também ocorre, ou seja, políticos locais que já disputaram eleições e que tiveram um número considerável de votos são desejados por deputados que querem usar do prestígio desses políticos para conquistar votos para si. Essa tendência a ter mais apoio e serem desejados pelos políticos estaduais e federais tem relação com

o fato desses políticos locais já terem sido *testados nas urnas*. Isto é, já foram candidatos em eleições anteriores.

As chances de ter o apoio de um deputado estadual/federal dependem em muitos casos desse teste nas urnas e de uma série de outros recursos, sejam financeiros (para financiar a própria campanha) e sociais (influência em um determinado grupo). Neste último caso, busca-se associar a imagem do líder comunitário/morador ao político (deputado federal ou estadual, por exemplo), sendo que este caminho depende em muitos casos de relações pessoais anteriores. Até meados de 2014, Mauro tinha o apoio do PP para disputar as eleições majoritárias, porém em dezembro desse mesmo ano com a saída de Paulo Maluf e entrada de Guilherme Mussi como presidente do partido, o acordo foi desfeito e o PP passou a apoiar Sofia, candidata que Mussi conhecia da ALESP.

A procura pelo apoio de um determinado deputado (federal ou estadual) também estava relacionada à busca de apoio para seu partido no município. Em muitos casos, a perda de apoio de um partido estava relacionada à perda de controle do partido no município por parte do deputado que apoia o político local. Explico melhor: três partidos em Monte Verde Paulista eram organizados – PT, PSDB e PTB – isto é, tinham uma diretoria composta por votos de seus filiados. Nas demais agremiações as diretorias eram compostas por indicações dos deputados estaduais e federais que tinham bases eleitorais no município. Mauro destacou certa vez que os partidos preferem não ter diretório permanente para que assim os deputados tenham seus *currais eleitorais* e *bases políticas*. Nas palavras de Mauro, *‘essa distribuição é igual ir a uma feira com um bandeirão. Quem oferecer mais benefícios, leva’*, isto é, os políticos locais mais

prestigiados, os que dispõem de recursos próprios e que oferecem o melhor cenário eleitoral, recebem o apoio de um deputado mediante a entrega do controle de seu partido no município por um período delimitado. Em contrapartida, o deputado em questão recebe o apoio da diretoria que ele mesmo formou nas eleições nacionais.

Palmeira (1996) ao propor o termo *tempo da política* para evidenciar a marcação do período eleitoral para as comunidades que estudava, também observou que essa delimitação no tempo mostrava o momento no qual as facções existiam propriamente. O autor deixa claro que isso não quer dizer que após o período eleitoral as adesões e as facções se desfaçam, quando chega ao o *tempo da política*, no entanto, é na *política* que as posições são assumidas, trocadas e renegociadas. Portanto, segundo Palmeira (*idem*), as facções são sempre cíclicas, muito embora possam passar por longos períodos de duração. Essa conclusão a que o antropólogo chegou, é a mesma que pude observar em campo. O controle municipal dos partidos estava diferente em comparação com a eleição municipal anterior (em 2012/2013). Segundo Mauro, essa diferença tem relação com o controle que os deputados federais e estaduais passaram a dispor a partir das eleições nacionais (2014), na qual é feita uma divisão por região de acordo com a votação de cada deputado.

Essas trocas e renegociações de posições nos partidos do município de Monte Verde Paulista agitavam a política local ainda quando cheguei no município e se estenderam até a última data possível para a realização das convenções. Na próxima seção deste Capítulo apresentarei brevemente os grupos políticos que se formaram em Monte Verde Paulista, respectivamente, o grupo em apoio ao então prefeito, Toninho, o chamado *grupão*, formado por Mauro, Thiago Viana, vereador Alberto e o vice-

prefeito Giovanni, além da polarização existente entre Mauro e a candidatura de Sofia. Por fim, descreverei como cada um dos pré-candidatos à prefeitura buscavam diferenciar-se um dos outros para conseguir angariar mais apoiadores e pré-candidatos a vereadores.

## **2.2. Construindo os grupos: os cálculos por trás das alianças**

Para entender a formação dos grupos é necessário compreender como eles surgem já que frequentemente mudam a cada eleição. Porém, antes é importante salientar que grupos políticos não são sinônimos de partidos políticos: "(...) grupo político [não tem] (...) nenhum código ou regulamentação sobre sua composição, atividade e também sobre seus componentes" (CAMARGO, 2012, p. 105). Diante disto, um grupo pode ser descrito como um coletivo de pessoas unidas por um mesmo objetivo, no caso, o de defender, fortalecer e eleger um determinado indivíduo dentro dele. Todo grupo tem um líder, e este normalmente é o candidato a prefeito, isso porque comumente é o líder quem inicia a formação do grupo em torno do convencimento dos outros sujeitos a apoiarem o lançamento de seu nome como candidato ao cargo de prefeito. No caso de Mauro, além de ser o líder de seu grupo e pré-candidato a prefeito, ele também era presidente do partido no qual estava filiado. É válido ressaltar que cada grupo político tem a sua particularidade e é sobre ela que vamos discutir nas próximas páginas, sendo que o foco, é claro, será a formação do grupo de Mauro.

O grupo de Mauro estava em formação desde o fim das eleições suplementares de 2013, nas quais o mesmo disputou as eleições pelo PT. De acordo com Arthur, ex-filiado do PT no município e amigo de Mauro, o PT na região em que a pesquisa se desenvolveu sempre foi preterido em comparação com as campanhas do partido na

região do grande ABC e em outros municípios industrializados/sindicalizados. As investidas do partido no município e na região eram sempre despretensiosas, e a única campanha que recebeu investimento e atenção da instância estadual do PT foi para eleição suplementar de 2013, ocasião em que Mauro foi o candidato. Naquele ano, o PT estadual e o deputado estadual Vicente Silva auxiliaram com recursos financeiros e com o envio de militantes de uma outra região do estado para fazer a campanha de Mauro. Mas, segundo Arthur, isso apenas ocorreu, pois em nenhum outro município do estado estavam ocorrendo eleições naquele momento, o que possibilitou o deslocamento de parte da militância para a campanha em Monte Verde Paulista. Por conta do andamento da Operação Lava Jato, o impedimento político da presidenta eleita Dilma Rousseff, a falta de investidas do PT na região e desavenças dentro do próprio partido a partir de acusações de que ele, como presidente do partido, tomou decisões unilaterais consideradas equivocadas por parte dos filiados, ao escolher apoiar o nome do tucano Dr. Moisés nas eleições de 2012, que Mauro decidiu desfiliar-se e procurar outro partido para concorrer em 2016. Ainda em 2015, em conversa com Eduardo Augusto, vereador de uma cidade da Grande São Paulo, Mauro decidiu filiar-se ao PROS, partido no qual o vereador pretendia filiar-se também. Na época de sua filiação, Mauro tinha pouco tempo para convencer aliados a juntar-se a ele no PROS, partido que Mauro passou a ter a responsabilidade de formar no município com ajuda de Eduardo Augusto. Porém, com a mudança na legislação eleitoral por meio da Lei nº 13.165/2015, chamada de “minirreforma política”, foi possível, segundo ele, trabalhar melhor na formação do PROS no município e do seu *grupo político*, pois o tempo de filiação exigida passou de um ano para seis meses.

Para conquistar o apoio de que precisava para tornar sua candidatura viável, a seu favor, Mauro tinha na bagagem uma candidatura a prefeito na qual conquistou quase 1/3 dos votos válidos. Até essa eleição suplementar de 2013, o melhor resultado eleitoral do PT no município havia ocorrido em 2004, quando o partido se aliou ao PMDB de Ederson e lançou Tininho a vice-prefeito. Já nas últimas eleições em que o PT lançou candidatura própria para prefeito, o partido nunca conquistou mais de 2% dos votos válidos.

Em uma tentativa de fortalecer seu grupo, Mauro procurou apoio do vereador Alberto e do até então atual vice-prefeito Giovanni em meados de 2016, propondo uma aliança de oposição às candidaturas dadas como certas do até então atual prefeito Antônio (PV) e de Sofia Fernandes (PMDB). Alguns meses depois, já no início de 2017, o chamado *grupão* unia cerca de 14 partidos, com quatro pré-candidatos desses partidos compondo o grupo: Thiago Viana, Alberto, Giovanni e Mauro. Esse apoio inicial não definia qual dos quatro seria o candidato da aliança entre eles, e a princípio cada um fazia seu trabalho de *base* buscando fortalecer seu próprio nome como candidato da maneira que achasse relevante. Em uma conversa que tive com Mauro, Alberto e Giovanni, soube que a ideia do *grupão* era lançar apenas um dos quatro pré-candidatos sentados à mesa de discussões, fazendo com que fossem registrados apenas três nomes para a disputa eleitoral, o que fortaleceria a oposição que por sua vez estaria representada em apenas 2 candidaturas (Sofia e mais um nome), isso porque sabe-se no meio político do meu campo que quanto mais candidaturas de oposição mais benéfico é para a atual gestão, haja visto que os votos em oposição à reeleição de Antônio se dividiria em mais nomes.

Dos 14 partidos definidos na mesa de discussões do *grupão* em março do ano eleitoral, Mauro comandava e tinha o apoio de pelo menos 4 deles (PHS, PMB, PDT e PCdoB), além é claro do PROS. Este, portanto, era o seu grupo político de apoio à sua candidatura. Como já falado anteriormente, apenas um mês depois de minha chegada em campo, Mauro perderia o PMB para o grupo de Sofia. Já em meados de abril, o grupo em apoio a Mauro passava a contar com PROS, PSOL, PDT, PT, PSDB, PCdoB e PHS. Em São Paulo, Eduardo Augusto tinha conquistado o comando do PDT, do PHS e do PCdoB que passaram a ser presididos no município por pessoas de sua confiança. Já os partidos PSDB, PSOL e PT foram conquistados por meio dos esforços e estratégias de Mauro.

Mauro sempre destacava que tinha o grupo com o maior número de partidos o apoiando e que, portanto, tinha o grupo mais *forte*. No entanto, a definição de *grupo forte* estava em disputa, uma vez que nas oportunidades que tive de conversar com os demais pré-candidatos do *grupão*, cada qual dava uma definição distinta sobre a força de um grupo. Para o vereador Alberto, por exemplo, valia mais o apoio e suporte de políticos estaduais e federais do que o número absoluto de partidos que o grupo podia dispor. Essa fala de Alberto foi dada a mim quando o questioneei sobre o fato de ter apenas o seu próprio partido, o Dem, o apoiando. Na mesma situação que Alberto, estava o até então atual vice-prefeito Giovanni que também contava com apenas o apoio do PR, seu partido. Apesar de terem o apoio apenas de seus partidos, Mauro destaca a importância que cada um tinha na formação do *grupão*. Giovanni era carismático e querido por parte das classes C e D, além de ter em seu partido filiados com grande potencial de votos legislativos. Já por outro lado, apesar de faltar carisma e apoio das classes C e D ao nome de Alberto, ele era um político com vasto conhecimento

jurídico/eleitoral e tinha como apoio profissionais liberais e das classes A e B do município.

Além da pré-candidatura de Alberto, Giovanni e Mauro, no *grupão* havia o nome de Thiago Viana, herdeiro político de seu tio Benedito (mais conhecido como Dito), ex-prefeito do município. A família Viana participa das eleições do município há 30 anos ininterruptamente, e segundo Thiago Viana, nesse período, um bisavô, um avô e dois tios seus foram prefeitos. Thiago Viana é recém-formado em direito e tem um escritório no centro da cidade, onde advoga há pouco mais de um ano. Thiago morou por alguns anos na cidade na qual estudou direito, e trabalhou em uma gestão de um governo do PT. Durante meu campo, ouvi muita controvérsia em relação à influência da família Viana na política local. Para o grupo que apoiava Thiago Viana como candidato, havia a defesa de que ele era o herdeiro político de Dito, o mais importante político da história recente do município. Por outro lado, os que criticavam a escolha de Thiago como herdeiro político ressaltavam a sua falta de precocidade política (CANÊDO, 2002), isto é, Thiago nunca havia demonstrado interesse na carreira política. Essa crítica veio inclusive de Cássio, braço direito de Dito nas últimas três eleições, que abandonaria o grupo após a decisão de lançar Thiago como pré-candidato majoritário.

Mas como a bibliografia da historiadora da política já nos mostrou (CANÊDO, 2002), a hereditariedade política pode ser dada por adoção e não necessariamente envolver o sangue. É neste aspecto que Sofia Fernandes buscava apoio. Apesar de ser *forasteira*, isto é, não ter nascido na cidade, Sofia construiu uma vida pública em pouco tempo vivendo no município. Logo quando chegou em Monte Verde Paulista com o até então marido, Dr. Moisés, passou a trabalhar como advogada particular do até então

prefeito Dito, além de ser procuradora municipal no seu segundo mandato. Como primeira-dama, após o marido ser eleito em 2008, participava ativamente do fundo social, além de frequentemente fazer aparições em eventos públicos do município. Segundo uma amiga pessoal de Sofia, o interesse pela vida pública era muito maior por parte dela do que de seu ex-marido, Dr. Moisés. Após o fim do casamento, transferiu-se para São Paulo para trabalhar no gabinete de um deputado estadual.

Apesar de observar que Mauro buscava sempre somar ao seu grupo mais partidos, algumas somas partidárias representaram muito mais uma subtração, e em contrapartida, algumas subtrações foram compreendidas como soma. Por exemplo, Mauro esperava aumentar o número de interessados em apoiá-lo depois que passasse a fazer parte do chamado *grupão*. Porém, na avaliação de grande parte dos colaboradores-eleitores com os quais eu conversei, tal atitude prejudicou a imagem de Mauro, que passou de ser uma alternativa frente aos *políticos de carteirinha* para ser considerado como apenas mais um.

Outra situação que arranhou a imagem de Mauro foi a sua aproximação mais intensa com filiados e políticos do PSDB. De acordo com Ana, sogra de Mauro, o deputado federal tucano da região Gustavo Moura, queria que Mauro se desfiliasse do PROS até o dia 2 de abril, para que Mauro fosse o candidato do PSDB no município. Mauro ouviu de filiados e políticos tucanos que teria uma estrutura fortalecida, uma centena de filiados e, principalmente, estaria em um partido já conhecido pelos eleitores. Mauro se interessou pelo convite já que seria apoiado por um *grupo pronto*. Essa opção foi lançada em votação entre os filiados municipais tucanos, no entanto, a maioria recusou a ideia por acreditar que tal medida causaria estranheza no eleitorado

por conta de toda a história de Mauro no PT. Mas o partido decidiu apoiá-lo, abdicando de uma candidatura própria e formando uma coligação majoritária entre PROS-PSDB (com os tucanos indicando o nome do vice-prefeito que seria escolhido posteriormente entre os filiados). Apesar dessa aparente boa composição PROS-PSDB, ainda existia uma ala psdbista que tentou desfazer o acordo e apoiar a candidatura de Sofia Fernandes, também indicando um candidato a vice-prefeito. O nome natural para essa pequena ala era o presidente da Câmara, o tucano Valter.

A vinda oficial do PSDB para o grupo de Mauro em maio gerou uma questão bastante delicada de ser tratada, uma vez que a aproximação de Mauro ao PSDB poderia afastá-lo de partidos recém conquistados para o seu grupo, como era o caso do PT e PSOL, além do PCdoB. A fim de avaliar se tal situação ficaria insustentável, Mauro estudou as resoluções desses três partidos, e viu que o PCdoB não tinha resolução contrária a partidos de direita. Portanto, com relação ao PCdoB não ocorreu nenhuma insurgência. O PT em uma linha parecida não excluiria nenhum partido, mas destacava que se deveria evitar alianças com as forças contrárias às lutas petistas. Já a resolução do PSOL deixava explícito que não aceitaria coligações com partidos como DEM, PPS e PSDB, e orientava que os filiados dessem apoio para candidatos do próprio partido ou àqueles que pelo menos estivessem alinhados ao projeto do PSOL. Mauro interpretou que a resolução do PSOL era contra o apoio do partido ao cabeça de chapa, e que, portanto, não haveria problemas com o PROS. Em conversas com alguns representantes do PSOL estadual, Mauro e Bernardo Alves, presidente do PSOL, destacavam que tentariam se apoiar no que fosse preciso para buscar brechas que permitissem as alianças. No entanto, dias antes da convenção ocorrer, Bernardo Alves que também era

pré-candidato a vereador recebeu uma notificação do partido estadual proibindo sua aliança com grupo de Mauro. Segundo o PSOL em nota oficial lançada em 26 de setembro de 2016, em 101 municípios o partido estava coligado com PSDB, DEM, PMDB, PR, PRB, PTB, PSD, PPS, PSC, SD e PP, o que havia sido proibido pelo Diretório Nacional da legenda em convenção realizada nos dias 29 e 30 de julho. Por esse motivo, a direção nacional do PSOL notificou juizes eleitorais dessas localidades para desfazer as coligações. Com essa nota do PSOL estadual, Bernardo Alves não pôde concorrer a vaga que pleiteava e nem fazer parte de nenhuma das coligações que se desenhavam naquele momento.

Apesar de temer retaliações e proibições do partido estadual e local, no município Mauro conseguiu manter o apoio do PT, mesmo recebendo críticas de petistas locais desgostosos com a aliança do PT com seu ex-filiado. Mauro conseguiu manter o apoio da sigla do PT por meio da estratégia de manter amigos e familiares na diretoria do partido. No entanto, como é possível notar, este apoio era muito mais da sigla do que dos filiados, já que ele desagradava a maioria dos petistas. Os filiados ao PT se dividiam em três grupos que defendiam alianças com três pré-candidatos distintos: Mauro (PROS), Sofia (PMDB) e Thiago (PSD). Quem defendia a opção de apoiar Mauro no PROS era Breno, presidente do PT (elegeu-se na chapa de Mauro como vice-presidente) e os membros de sua família que permaneceram filiados ao partido. Já Sebastião e sua família preferiam apoiar Sofia do PMDB, sendo que essa opção estava correlacionada ao apoio que o ex-prefeito Ederson havia declarado à Sofia. Sebastião e sua família trabalharam para Ederson tanto na prefeitura quanto na casa do ex-prefeito. E por fim Helena, Guilherme e mais alguns filiados, tinham como preferência apoiar Thiago do

PSD. Essa opção vem sendo a mesma nos últimos anos. Eles apoiaram Júlia nas duas oportunidades em que ela se candidatou, muito embora oficialmente o partido tenha apoiado outros nomes. A opção pela família de Dito vem sendo impulsionada pelos posicionamentos do PT, que recusam veementemente alianças com o Dem e o PSDB, e agora mais recentemente por conta da quebra da aliança com o PMDB. E havia também, é claro, aqueles que não defendiam nenhuma pré-candidatura, como era o caso de Arthur, que apesar de se considerar amigo de Mauro, se dizia íntegro e fiel a causa socialista e que, portanto, não poderia apoiar nenhum dos pré-candidatos, já que não representavam o que acreditava.

Quando fiquei sabendo de todo esse imbróglio me perguntava qual era a relevância de se ter o apoio apenas da sigla e não de seus filiados unidos. Foram apresentadas a mim duas respostas para essa pergunta: A primeira resposta que foi dada a mim por Mauro é que na política não se perde apenas um partido, mas dá-se ao rival a chance de tê-lo. O PT era visado tanto pelo grupo de Sofia como pelo grupo de Antônio. Portanto, abrir mão do partido era correr o risco de cedê-lo aos concorrentes, o que nos leva à segunda resposta que diz respeito ao tempo de rádio e TV. Quanto mais partidos coligados, mais tempo de propaganda no rádio (meio de comunicação considerado fundamental para a campanha política).

Em resumo, para ser considerado um *grupo forte*, para além do número de partidos que o compõe, é necessário que os partidos tenham um número de filiados que sejam potenciais candidatos, como era o caso do já citado partido do até então vice-prefeito Giovanni, dentre outros atributos fundamentais que serão apresentados no

Capítulo 3. Na próxima seção apresentarei os partidos que participaram das eleições de 2016 e em quais partidos cada político local estava filiado.

### **2.3. O que fazem os partidos políticos nas eleições?**

A filiação a um partido político faz parte do procedimento para ser candidato. A exigência de filiação e proibição de candidatura avulsa existe desde 1945, quando foi promulgada a Lei Agamenon (Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945). Na prática isso quer dizer que o partido político tem o protagonismo do processo decisório de cancelar certos nomes de candidatos em detrimento de outros. Em campo, presenciei inúmeras situações da inescapável necessidade de filiação partidária.

Em Monte Verde Paulista havia 25 partidos formalizados do total de 35 existentes em todo país<sup>10</sup>, e ao contrário da noção de grupo político que destaquei na seção anterior, os partidos políticos são legalmente formados e organizados. A Lei nº 9.096/95, conhecida como Lei dos Partidos Políticos, define algumas questões pertinentes logo em suas disposições preliminares:

Art. 1º O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais.

Art. 2º É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

Art. 3º É assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.

Parágrafo único. É assegurada aos candidatos, partidos políticos e coligações autonomia para definir o cronograma das atividades eleitorais de campanha e executá-lo em qualquer dia e horário, observados os limites estabelecidos em lei. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

Art. 4º Os filiados de um partido político têm iguais direitos e deveres.

Art. 5º A ação do partido tem caráter nacional e é exercida de acordo com seu estatuto e programa, sem subordinação a entidades ou governos estrangeiros.

Art. 6º É vedado ao partido político ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza e adotar uniforme para seus membros.

---

<sup>10</sup> Na lista de siglas e abreviações, consta o nome de todos os 35 partidos existentes atualmente no Brasil.

§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 2º Só o partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, nos termos fixados nesta Lei.

Na legislação atual (Lei nº 13.165/2015), a obrigatoriedade de tempo de filiação partidária para a candidatura passou de um ano para ao menos seis meses de antecedência às eleições. Isso quer dizer que foi necessário estar filiado em um partido até o dia 2 de abril de 2016, aqueles que pretendiam se candidatar nas eleições daquele ano. Mas este é apenas um passo numa longa caminhada. Cumprida esta primeira exigência, é necessário aguardar cerca de quatro meses para ter o registro confirmado pelo partido, isso porque as coligações ainda serão definidas em um outro momento, dia 5 de agosto. Nesse percurso ocorrem duas situações: a primeira diz respeito aos que se filiaram por convite dos líderes dos partidos/grupos, sendo que esses ficam na eminência de serem candidatos, alguns mais acertados que outros. A segunda situação diz respeito àqueles que se filiaram sem convite e buscam ao longo dos quatro meses convencer os líderes dos partidos a deixá-los ser candidatos.

Em março, quando cheguei em Monte Verde Paulista, Mauro já estava filiado ao PROS e ainda procurava por nomes para filiá-los ao partido. Além dessa preocupação em dar *mais densidade* ao PROS, Mauro procurava por *bons nomes para serem candidatos*. Alguns que iam se filiando, como é o caso do professor Rodrigo, já se apresentavam como pré-candidatos, por terem apalavrado com Mauro a garantia de sua pré-candidatura. Ainda havia outros que, além de dar *densidade* ao partido,

poderiam ser acionados em caso de necessidade, sendo convidados posteriormente para serem candidatos, como foi o caso de Ivete e Noemi. Ambas foram acionadas para compor os 30% de candidaturas de mulheres em respeito ao artigo 10 da Lei nº 9504 de 1997 (com redação alterada pela Lei nº 12.034, de 2009).

Como estar filiado a um partido é uma necessidade inescapável, é necessário para aqueles que querem ser candidatos aproximarem-se dos líderes dos grupos políticos e dos presidentes dos partidos, caso os mesmos não tenham sido convidados anteriormente. A busca por apoio partidário ocorre tanto entre os interessados em aventurar-se em uma primeira campanha como entre os mais experientes, como é o caso dos vereadores em mandatos legislativos. O “vai-e-vem” entre os partidos é bastante sentido na Câmara Legislativa, sobretudo quando observamos a distribuição partidária eleita em 2012 em comparação com a configuração em 2016. Em 2015, com a PEC nº 13.165/15 foi introduzido, a partir daquele ano, o artigo 22-A na Lei dos Partidos Políticos, que trata das possibilidades de perda de mandato em caso de desfiliação partidária sem justa causa. Tal medida já existia anteriormente, porém ela mudou o que viria a ser entendido como justa causa, uma vez que até então a questão da fidelidade partidária era regulamentada pela Resolução TSE nº 22.610/2007, editada em cumprimento às decisões proferidas pelo STF nos Mandados de Segurança 26.602, 26.603 e 26.604. Antes da PEC, entendia-se como justa causa:

Art. 1º O partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa. § 1º Considera-se justa causa:

- I) incorporação ou fusão do partido;
- II) criação de novo partido;
- III) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;
- IV) grave discriminação pessoal.

Já na atual redação da lei são três os casos em que se configura justa causa:

Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:

I - Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;

II - Grave discriminação política pessoal; e

III - **Mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente** (Os grifos são meus).

O trecho em negrito representa a mudança mais significativa em relação à lei anterior, pois neste caso há a prerrogativa de mudança partidária em “*janela partidária*” (de 18 de fevereiro até 18 de março), na qual é permitida a troca partidária sem necessariamente fazer uso das justificativas I e II.

Essa mudança na lei provocou a mudança de partido de 92 parlamentares<sup>11</sup> na Câmara dos Deputados, segundo o Portal Câmara Notícias<sup>12</sup>. Esse dado é importante para as eleições municipais por conta do HGPE, que depende do número de parlamentares que o partido possui na Câmara dos Deputados. Segundo Mauro, o tempo de rádio seria fundamental por conta do curto tempo de campanha estipulado pela minirreforma (45 dias). A partir do fim do período da janela eleitoral, foi possível averiguar quanto tempo cada grupo político dispunha naquele momento. Mauro salientou ainda que tanto o seu grupo como o de Sofia buscavam o apoio do PMDB, tendo em vista que a bancada do partido era composta de 19 deputados. No momento em que perdeu o PMB para o grupo de Sofia, Mauro se lamentou, mas disse que ficou aliviado com a perda de 18 deputados, deixando assim a coligação de Sofia menor. Isso

---

<sup>11</sup> REDE, PCdoB e o PTdoB mantiveram suas bancadas e 13 partidos ganharam deputados: PP (9), PTN (7), PR (6), PSOL (1), DEM (7), PDT (3), PHS (3), PSD (1), PRB (2), PSC (1), PV (1), e PSL (1). Outros 11 perderam parlamentares, são eles: PSDB (3), PROS (4), PSB (3), PTB (3), PSC (3), PMDB (2), PT (1), SD (1), PPS (1), PEN (1), PMN (1), PTC (1) e PMB (18).

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/505781-JANELA-PARA-TROCA-PARTIDARIA-JA-PROVOCOU-83-MUDANCAS-ENTRE-LEGENDAS.html>. Matéria publicada em 22/03/2016. Atualizado em 30/03/2016.

quer dizer também que os partidos que receberam novos deputados passaram a ser mais valorizados na hora de fazer a composição de grupo no município.

Esta janela de transferências afetou também a bancada da Câmara Municipal de vereadores de Monte Verde Paulista. Dos nove vereadores, sete mudaram de partido em relação à eleição de 2012 por conta de mudanças no apoio político para as eleições de 2016, como é possível ver no quadro abaixo (Tabela 1):

**TABELA 1: VEREADORES E OS APOIOS PARTIDÁRIOS NAS ELEIÇÕES DE 2012 E 2016**

| Vereador eleito para mandato de 2013-2016 | Eleições de 2012                              |   |                              | Eleições de 2016                              |  |                              |
|---|---|---|------------------------------|---|--|------------------------------|
|   | Partido que o vereador estava filiado em 2012 | Coligação na eleição proporcional de 2012 | Candidato que apoiou em 2012 | Partido que o vereador estava filiado em 2016 | Coligação proporcional na eleição proporcional de 2016 | Candidato que apoiou em 2016 |
| Luiz                                      | PDT   | PDT / PPS                                 | Júlia                        | DEM   | PROS   PR   DEM  | Sofia (PMDB)                 |
| Alberto                                   | PRB   | PRB / DEM                                 | Ederson                      | DEM   |  |                              |
| Valter                                    | PSDB  | PV / PSDB                                 | Moisés                       | PSDB  | PP   PSC   PTN   PMB   PSDB                            |                              |
| Otávio                                    | PPS   | PDT / PPS                                 | Júlia                        | PTN   |  |                              |
| Anderson                                  | PV  | PDT / PPS                                 | Moisés                       | PP  |  |                              |
| Luciano                                   | PSD   | PMDB / PSB / PSD                          | Júlia                        | PSC   |  |                              |
| Wellington                                | PR  | PSC   PCdoB                               | Moisés                       | PV  | PV   |                              |
| Benjamin                                  | PSDB  | PV / PSDB                                 |                              | PV  |  |                              |
| Ítalo                                     | PV  | PV / PSDB                                 |                              | PV  |  |                              |

**Fonte:** Cartório eleitoral de Monte Verde Paulista e SEADE.

Essas mudanças ocorreram por diversos motivos. O vereador Alberto, por exemplo, destacou a mim que seu interesse sempre foi o de filiar-se ao Dem, partido do qual faz parte o seu padrinho político, o vereador da capital do estado, Milton Leite. Durante meu campo, ouvi por diversas vezes de Alberto e de outros políticos a

importância de ter um *padrinho político* no meio partidário que tenha *bom trânsito* na Assembleia Legislativa. Quando Alberto quis ser candidato em 2012, seu caminho foi facilitado pela influência da família Leite no Dem estadual. Apesar disso, Alberto foi impossibilitado de candidatar-se pelo partido que queria, pois as vagas que o Dem dispunha já estavam compromissadas com outros nomes. Então, foi proposto que ele se filiasse ao PRB para fortalecer a coligação, e ajudar assim os membros do Dem na eleição de 2012. Já Luiz destacou que o PDT nunca lhe proporcionou estrutura de campanha ou apoio financeiro para que ele trouxesse investimentos para a cidade e como sempre foi próximo a Alberto na Câmara dos Vereadores, decidiu mudar de sigla e acompanhá-lo no Dem.

Otávio trocou de partido em decorrência de fatos que não lhe agradaram, primeiro por conta da escolha do novo presidente municipal do partido realizada pela direção estadual do PPS, e em segundo porque o partido sinalizava apoio à reeleição de Antônio. Ao conversar com a candidata Sofia, ela sugeriu que ele se filiasse ao PTN, partido que *ela estava trazendo para cidade*. Ele aceitou filiar-se ao partido e acabou por tornar-se o presidente, havendo a possibilidade de ser o candidato a vice-prefeito de Sofia.

Valter era um dos dois vereadores que se manteve no mesmo partido em que se elegeu em 2012, porém teve passagem pelo PSB em sua primeira tentativa de pleitear o cargo de vereador, na qual sofreu um impedimento pelo mesmo motivo de Alberto. No entanto, por bem pouco a situação seria diferente, já que ouvi por algumas vezes de que havia a possibilidade de que o vereador Valter do PSDB mudasse de sigla por estar insatisfeito com as tomadas de decisões do partido. Segundo fui informada, Valter se sentia desprestigiado pelo PSDB, pois era o presidente da Câmara e considerava-se o

*candidato natural* do partido à prefeitura, no entanto optaram em aliar-se a Mauro do recém-criado PROS.

Luciano fez três mudanças partidárias ao longo de sua trajetória política. A primeira tentativa foi pelo PV, no qual não teve êxito por achar que foi prejudicado em uma coligação com vereadores, optou por filiar-se ao PSD, o que além de ter aumentado seu número de votos, fez com que se elegeesse pela primeira vez. No entanto, durante seu mandato não manteve uma boa relação com Júlia (presidenta do partido) e com a família de Dito, optando por buscar em São Paulo um outro partido. Apesar de ser o atual *dono* do PSC no município, permanece isolado na sigla, e segundo o próprio Luciano, a opção foi feita mediante a experiência que teve nos dois partidos em que havia passado, nos quais ajudou a encher os partidos de filiados e não recebeu reconhecimento em nenhum deles.

As alianças locais seguem questões muito particulares que ultrapassam as relações dos partidos no nível nacional. Muitas vezes, como lembrou Danilo, presidente do PSDB, há certas alianças e acordos que ocorrem que seriam inconcebíveis em nível estadual e federal, e que são perfeitamente aceitáveis para os políticos locais, pois são eles que sabem o que acontece no município. Diante disto, podemos ver então uma certa resistência local às imposições estaduais e nacionais. Durante meu campo ouvi por diversas vezes e de colaboradores diferentes que ali no município o PT e o PSDB não são diferentes ao ponto de não se aliarem, isso só não acontece oficialmente nas eleições por conta de resoluções do PT que proíbem essas alianças, muito embora nas últimas três eleições o PT tenha apoiado o PSDB a prefeitura em duas oportunidades, e na suplementar o PSDB também apoiou o PT. Esse apoio, é claro, não é unânime e não

agrada a todos de ambos os lados. Paulão, por exemplo, foi presidente tanto do PT quanto do PSDB. De acordo com Danilo, em nível local o parentesco e as relações de amizade ultrapassam as brigas nacionais entre os partidos, e é por isso que é comum ver petistas votando em parentes tucanos e vice-versa.

Essa seção teve o intuito de mostrar que o partido é como um elemento relevante, pois como foi falado, é necessário estar filiado a um para participar das eleições, sendo que essa decisão acerca de em qual partido filiar-se faz parte de uma das inúmeras estratégias, dentre outras que foram apresentadas acima. Diante disto, vejamos o caso de Mauro, a procura de um partido ainda não formalizado no município foi em decorrência de seu receio em ter que dividir o espaço dentro de um partido com uma outra pessoa também interessada em ser candidato. Os rumores de que Sofia seria a candidata do PMDB existiam desde meados de 2014. Se, por exemplo, Mauro quisesse se filiar ao PMDB, e não tivesse empecilhos para isso, ele teria que lutar contra as forças políticas que já vinham apoiando o nome de Sofia Fernandes como candidata do partido, uma vez que a mesma é filiada ao PMDB há mais de 10 anos. Na próxima seção destacarei algumas particularidades encontradas em campo no que diz respeito às pré-candidaturas ao executivo e ao legislativo, destacando que essas diferenças estabelecem algumas relações com a diferença no sistema de eleição de prefeitos e vereadores.

#### **2.4. As diferenças entre as pré-candidaturas ao executivo e ao legislativo**

O sistema eleitoral é o conjunto de normas e legislações que regulamentam, por exemplo, quais são os eleitores aptos a votarem e quem pode ser votado, se o voto é

facultativo ou obrigatório e quais são os critérios da divisão dos votos em mandatos. Douglas Rae (1967) identificou três componentes básicos dos sistemas eleitorais: a magnitude do distrito ( $M$ ), a estrutura do voto e a fórmula eleitoral. O distrito é a divisão do território, que no Brasil é chamado de zona eleitoral. Já a magnitude ( $M$ ) refere-se ao número de cadeiras a serem preenchidas em cada distrito. Por fim, a fórmula do voto estabelece como o eleitor pode expressar seu voto. No Brasil temos 3 fórmulas eleitorais: maioria simples, maioria absoluta e eleição proporcional. A maioria simples tem como propósito garantir a eleição do candidato mais bem votado dentre seus concorrentes. Já a maioria absoluta versa que além do candidato ter que ser o mais bem votado, o mesmo precisa atingir o mínimo de 50% dos votos válidos para ser eleito. Ambas as fórmulas (maioria simples e absoluta) são usadas nas eleições de presidente, governadores, prefeitos e senadores (única exceção ao legislativo). Já a eleição proporcional tem a finalidade de assegurar que todos os partidos estejam representados no legislativo (vereadores e deputados estaduais, federais e distritais) em proporção aproximada ao número de votos que receberam.

Como se sabe, nas candidaturas ao executivo os partidos ficam limitados a lançar um nome a prefeito e um a vice-prefeito (Código Eleitoral, art. 91, caput), ambos em chapa única. Já para as candidaturas ao legislativo vigora o sistema proporcional, no qual os partidos individualmente podem registrar um total de até 150% do número de lugares a serem preenchidos (Lei nº 9.504/97, art. 10, caput). Enquanto que para o caso das coligações, a despeito do número de partidos integrantes, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher (Lei nº 9.504/97, art. 10, § 1º). Isto é, no município que fiz a pesquisa há nove vagas, portanto, é permitido por partido lançar apenas 14 nomes, e para o caso de coligações o número sobe para 18.

Como vimos, no Brasil temos vigentes duas regras diferentes para eleger prefeitos e vice-prefeito (maioria simples e maioria absoluta). Nas cidades com mais de 200 mil eleitores, caso nenhum candidato alcance 50% dos votos válidos é necessário um segundo turno com os dois candidatos mais bem pontuados. No entanto, na maioria do país, os municípios têm menos que 200 mil eleitores e a regra muda. Essa mudança gera alterações no comportamento dos partidos e eleitores. Nos sistemas majoritários de um único turno, caso do município que fiz o campo, a tendência, segundo Mauro, é que menos candidatos concorram, uma vez que os partidos têm apenas uma disputa para fazer as negociações e alianças.

Apesar de parecer que o sistema legislativo é menos competitivo em relação às vagas, o que ocorre é justamente o oposto. Quando cheguei em Monte Verde Paulista me deparei com as pré-candidaturas ao executivo bem mais definidas. E uma das razões deve-se ao fato apresentado na seção 2.1., quando demonstrei que os interessados em se candidatar buscam meses antes, com deputados estaduais e federais, apoio para suas candidaturas. Já as candidaturas ao legislativo passam a depender das candidaturas ao executivo, pois como também já foi abordado, quem decide as candidaturas a serem registradas são os presidentes dos partidos de modo unilateral.

Os presidentes dos partidos e líderes de grupos políticos decidem as candidaturas que serão registradas por meio de certos acordos entre os pré-candidatos e outros partidos, dependendo das coligações eleitorais. No caso de candidaturas ao executivo, a disputa que ocorre é entre o candidato a prefeito de um grupo e um candidato de um outro *grupo*. Já no caso das candidaturas ao legislativo, apesar de haver mais vagas, existe uma disputa muito particular entre os candidatos, já que ela também

é interna ao próprio grupo. Portanto, mostrarei os conflitos que existem dentro dos grupos quando é preciso escolher quem viriam a ser os candidatos e as mediações necessárias que deveriam ser realizadas pelos líderes desses grupos. Essas escolhas levam em conta várias decisões estratégicas que explanarei com detalhes no Capítulo 3, mas como exemplo podemos citar que uma delas é evitar escolher candidatos que morem na mesma rua, exerçam a mesma profissão ou ocupação, participem da mesma comunidade religiosa e/ou pertençam a mesma família.

Quando cheguei no município as disputas pelas vagas legislativas eram intensas, mas silenciosas. De acordo com Miguel Junqueira, filiado ao PSDB, os pré-candidatos a vereador disputavam o mesmo tipo de eleitor, aquele que está propenso a votar no candidato majoritário da chapa, mas para além disso eles disputavam mais recursos e espaços. Não são raros os casos em que existiam conflitos quando surgia a possibilidade de um novo pré-candidato de um mesmo território ou comunidade de um outro pré-candidato. Por isso mesmo, Miguel salientava que os presidentes dos partidos precisavam estar próximos de Mauro para buscar mais espaço no *grupo* para os seus pré-candidatos.

Certa vez questionei Mauro se ele sentia diferença na hora de projetar seu nome para campanha de prefeito, tendo como comparação suas demais campanhas para vereador. Ele respondeu que há diferença, porque o perfil do vereador é mais de lideranças comunitárias, de entidades e terceiro setor. Para prefeito, a propagação é muito maior e o nome precisa estar muito mais difundido, não podendo estar restrito a algumas ruas. O candidato a prefeito tem que ser conhecido em todo o município, já o

candidato a vereador consegue se eleger com votos de algumas ruas ou comunidade religiosa, fato que não ocorre com a candidatura ao executivo.

Tratei até aqui de explicar questões mais gerais da política local e do papel dos partidos e deputados estaduais/federias no que tange às escolhas locais dos candidatos. No próximo capítulo responderei duas questões básicas, são elas: “quem pode ser candidato?” e “como se escolhe um candidato?”. A primeira pergunta está alicerçada a uma questão de legalidade, isto é, “quem é elegível?”. A segunda pergunta refere-se a maneira como os grupos escolhem seus representantes dentro do próprio grupo, isto é: Como se escolhe esses nomes? O que eles precisam ter/ser para serem escolhidos?

## CAPÍTULO 3: O QUE É PRECISO PARA SER UM CANDIDATO?

Como mencionei no capítulo anterior, existem regras eleitorais inescapáveis àqueles que pretendem ser candidatos. Mas, no interior do espaço legal, do que proíbe e do que obriga, a legislação é politicamente neutra quando se trata de alguns casos. Por exemplo, a idade mínima<sup>13</sup> não demonstra ser um fator determinante, já que os candidatos não costumam ser muito jovens<sup>14</sup>, como vemos nas etnografias e trabalhos das ciências sociais. Ademais, de acordo com dados do TSE sobre as estatísticas das candidaturas, nas eleições municipais de 2012 no Brasil, apenas 3,7% das candidaturas correspondiam a jovens de até 24 anos. Em Monte Verde Paulista, o número é acima da média nacional, chegando a 4,4% do total de candidaturas, embora ainda continue inexpressivo. Na realidade os trabalhos e os dados nos mostram que os empecilhos e os atributos buscados pelos partidos são variados e não estão diretamente ou apenas relacionados a questões legais. No decorrer desta seção levei em conta a inflexibilidade das proibições e das obrigações legais, e a despeito das possíveis brechas na legislação, o que interessa a este capítulo são as articulações internas do partido, isto é, o espaço no qual a legislação não mais atinge a capacidade de decisão que conduz às “escolhas dos candidatos”, e os partidos possuem legitimidade política para tomar as decisões que julgarem pertinentes.

---

<sup>13</sup> Aos 18 anos de idade, pode candidatar-se a vereador e aos 21 anos para prefeito e vice-prefeito. Para as estatísticas apresentadas a seguir, foram consideradas apenas candidaturas legislativas.

<sup>14</sup> De acordo com Kuschnir (2000a), no caso do Rio de Janeiro, o parentesco com pessoas que já ocupam cargos eletivos é uma das variáveis mais importantes para as eleições de candidatos com menos de 30 anos.

“Como se escolhe um candidato?” A resposta certamente é diversa e complexa. Para cada colaborador e cargo que ocupava na hierarquia dos partidos a resposta era diferente. Em Monte Verde Paulista presenciei situações em que as escolhas de candidaturas estavam relacionadas a história de vida, a herança política e outros cálculos muito particulares na tomada de decisão partidária. Essas questões serão tratadas com mais acurácia na primeira seção deste capítulo a seguir.

### **3.1. Como se escolhe a lista de candidatos?**

Afinal de contas, “como se escolhe a lista de candidaturas?”. Quando fiz esta pergunta a Mauro sua resposta foi bastante objetiva. Mauro me disse que analisou as listas dos candidatos registrados e o número de votos que obtiveram nas três últimas eleições, e observou que existia uma recorrência de alguns nomes. Ao contrário do que se possa pensar, Mauro disse que estava interessado nos nomes que tiveram entre 50 e 100 votos (para o colégio eleitoral do município essa votação é mediana), pois segundo o mesmo, seriam pessoas mais flexíveis, menos exigentes e mais baratas para custear suas campanhas. Essa tomada de decisão ocorreu por imaginar que esses candidatos iriam trabalhar para conquistar seus votos e conseqüentemente entregariam votos a ele como candidato a prefeito da coligação. Ou seja, segundo Mauro, candidatos com um potencial de muitos votos (acima de 100) são os que exigem muitos recursos, trabalham menos e no fim usam os recursos de campanha de forma equivocada, além de não transferirem sua influência em votos para o candidato a prefeito da coligação. Um exemplo dado a mim de candidatura de poucos votos é o de Ivete, ela foi candidata por duas vezes, e nas duas foi colocada como candidata para a lista chegar aos 30% de nomes do sexo feminino, no entanto é o tipo de candidata que sai cedo de casa para panfletar e falar do seu candidato a prefeito. Ela exerce pouca influência para eleger-se,

mas consegue conversar e converter alguns votos em favor do seu candidato majoritário. Mauro destacou inúmeras vezes que candidatos com votação mediana são excelentes cabos eleitorais, e muitas vezes com custo baixo, pois há uma motivação a mais neles do que em cabos eleitorais pagos que não têm um comprometimento real com o grupo.

Esse modo de escolher os candidatos não é comum, mas Mauro esperava que assim criasse menos rivalidade entre seus candidatos, fazendo com que todos se sentissem capazes de vencer e assim trabalhariam verdadeiramente pela coligação e *grupo*. A ideia empregada por Mauro seria a de inverter a lógica existente. Já que segundo ele, normalmente os candidatos-escada (nomenclatura usada para descrever candidaturas com votação mediana) dos outros grupos são pessoas que aceitam essa posição em troca de algum favor pessoal, seja um salário mensal nos três meses de campanha ou a promessa de cargo público caso o grupo venha a vencer a eleição majoritária. Algumas dessas *candidaturas-escada* tornam-se decepção no que se refere aos votos, pois os candidatos-escada não fazem campanha e acabam por tornar-se *candidatos-eleitores*, desperdiçando assim, recursos. Ademais seu objetivo de aumentar a votação do partido não é alcançada. A proposta de Mauro, portanto, era de ter uma lista de pessoas no mesmo nível de competição, e assim, estimulá-las a fazer campanha e se sentirem capazes de vencer. Além de tudo que foi falado, o que pareceu fundamental para convencer alguns nomes a entrar no seu grupo foi a promessa de que não aceitaria vereadores em sua coligação e que não existia candidatura privilegiada por ele, todos eram de sua confiança e tinham seu total apoio.

Quando Mauro planejava suas duas coligações, precisou analisar algumas variáveis. Além de ter que respeitar as regras dos estatutos partidários e a legislação eleitoral, era necessário distribuir as vagas com os três perfis de candidatos para não haver um desequilíbrio entre o *candidato-eleitor*, o *candidato-escada* e o *candidato puxador de voto*. Essas três denominações eram usadas para classificar os pré-candidatos a vereador. A denominação *candidato-eleitor* geralmente refere-se às pessoas que se dispõem a candidatar-se mesmo sem os atributos procurados pelo grupo do qual fazem parte. Geralmente é um membro antigo ou parente de algum membro do grupo, e seu comprometimento é apenas com o nome registrado na lista da coligação. A ele tampouco se exige realizar campanha para conquistar votos para si mesmo. Os *candidatos-escada* têm votação mediana e são chamados assim, pois costumam ajudar na soma dos votos partidários outros candidatos que conseguiram uma votação acima da média. Por sua vez, esse candidato acima da média é conhecido no meio político do município como *puxador de votos*, e são os que normalmente vencem as eleições. Na ideia de coligação formulada por Mauro, esses três tipos de candidatura foram minuciosamente divididos nas coligações do legislativo. Geralmente cada grupo político cria duas coligações, caso o número de partidos seja o suficiente. Isso possibilita dividir os candidatos mais fortes entre duas coligações, impedindo assim que um anulasse o outro.

A ideia do que vem a ser o potencial de votos que cada pré-candidato tem varia muito de acordo com o colaborador com quem se está conversando. Enquanto os pré-candidatos buscavam convencer os grupos de que sua parentela, seu círculo de amizades era grande e que, portanto, teriam um grande potencial de votos, Mauro era mais minucioso em sua análise, pois pela sua experiência, conhecer muita gente ou ter

parentela grande não significava necessariamente um grande potencial de votos, embora fosse considerado uma variável importante. Por isso, aqueles que já tinham se candidatado e que foram *testados na urna* eram muito assediados e costumavam dispor da escolha do grupo a que pertenceriam, inclusive conseguindo fazer certas exigências, já que seu potencial de votos não girava apenas em torno de especulações.

Percebe-se que há uma relação conflitante entre o *candidato-escada* e o *puxador de voto*, justamente por haver uma dependência mútua entre eles . Isso ocorre nas disputas de cargos legislativos (com exceção do Senado), por conta de as vagas serem distribuídas de modo proporcional à votação dos partidos/coligação. De acordo com o vereador Alberto, há uma relação antagônica, pois ao mesmo tempo em que a coligação precisa ser bem votada, cada candidato tem que fazer um esforço individual para ser o mais votado da coligação para ser eleito.

Como já descrevi brevemente no capítulo anterior, o sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil foi bastante criticado por uma parcela expressiva de colaboradores, por eleger parte da Câmara Municipal apenas pela média. Na eleição de 2012, das nove vagas, três foram preenchidas pela média. Durante o campo percebi que os pré-candidatos do grupo de Mauro aceitaram participar do grupo dele, pois existia a garantia de que não haveriam vereadores ou candidatos muito fortes nas coligações formadas por ele. De um modo geral, pelo que pude perceber, os candidatos que tinham pretensão de se destacar e ganhar as eleições, estando em suas primeiras tentativas de se candidatar ou sendo candidatos já testados nas urnas com uma votação mediana anteriormente evitavam participar de grupos ou coligações em que já havia vereadores,

em uma clara tentativa de não se tornar apenas um *candidato-escada* para os atuais vereadores.

Como bem destacou Heredia (2004), a disputa eleitoral ocorre entre candidatos que disputam o mesmo cargo. E são mais acirradas entre candidatos que disputam o mesmo tipo de eleitor e sobretudo, entre aqueles que disputam o mesmo território. A antropóloga ainda destaca que a população é eleitora de qualquer candidato, mas o que ocorre em geral é uma distribuição territorial entre os candidatos que têm como base eleitoral áreas geográficas específicas. Em Monte Verde Paulista, no grupo de Mauro, a escolha pelos 18 nomes em cada coligação também refletia essa busca por uma divisão territorial. Mauro evitou escolher pré-candidatos que pertencessem ao mesmo bairro ou comunidade religiosa. Segundo ele, isso diminui conflitos entre candidatos aliados e dava a possibilidade de ter candidatos mais bem distribuídos entre as comunidades de todo o município. E isso era fundamental para ele circular em todos os lugares, haja visto que ter candidatos distribuídos entre os bairros e comunidades religiosas facilita a entrada do candidato a prefeito nesses locais.

Essa busca por associar o nome do candidato a prefeito aos dos candidatos a vereadores foi destaca por diversas vezes. Miguel Junqueira, filiado ao PSDB e pré-candidato a vereador, disse que achava muito difícil levar às ruas um nome a vereador e não associá-lo ao candidato a prefeito que está apoiando, já que a própria população quer saber com quem o candidato está. Como destaquei brevemente anteriormente, candidatos a vereadores são cabos eleitorais para os candidatos a prefeito, e tê-los distribuídos entre as regiões e comunidades abrange as possibilidades para a candidatura majoritária. Isto é, ter um candidato a vereador em uma comunidade ou

área específica, pelo menos em teoria, facilitaria o acesso de todo o grupo àquela comunidade ou área específica.

Apesar de Mauro defender e garantir que todos os candidatos teriam os mesmos investimentos por parte de seu grupo, havia candidaturas que se destacavam frente as demais. Tanto a candidatura de Lucas como de Rodrigo tinham como foco angariar votos com os jovens da cidade, no entanto segundo Mauro, Lucas tinha mais chances de votos, por ser mais maduro e sereno do que Rodrigo, que costumava ser mais radical e explosivo em suas falas. O discurso de que todos os candidatos eram importantes para o grupo era real, mas não escondia que a prioridade seria eleger os candidatos do seu partido, o PROS. Por uma questão de amizade de longa data e afinidade política mais acentuada, Mauro acreditava na eleição de Lucas. E mais do que acreditar, Lucas era o candidato de Mauro. Como destacado por Mauro, todo candidato majoritário tem seu candidato a vereador de confiança, afinal todo prefeito quer ter vereadores de sua confiança na Câmara Municipal. Para esses candidatos é prometido mais estrutura para fazer as suas campanhas, e seus números de votação são escolhidos para facilitar a memorização como, por exemplo, finais 123, 456, 100 e 000. Alguns partidos como é o caso do PDT e do PSDB possibilitam números como 12345 e 45678, respectivamente. O PSD, PP e o PR também formam numerações bastante disputadas como 55555, 11111 e 22222, respectivamente. Lucas, por exemplo recebeu a numeração 90000. Miguel Junqueira, candidato do PSDB que também tinha preferência do seu partido recebeu o número 45678. O vereador Otávio, até então presidente do PTN designou para si mesmo a numeração 19999 e por fim, Denise, “candidata da Dra. Sofia”, recebeu o número 15123.

Veremos nas próximas seções que as decisões eleitorais envolvendo quais partidos iriam se coligar iam além das questões legais e estatutárias de cada partido, em direção a um cálculo que relacionava o número aos tipos de candidatos que cada partido dispunha, observando-se se a soma total respeitava a divisão 30/70 para cada sexo exigida por lei. Em relação a esta divisão por sexo, cabe aqui uma subseção a parte, pois a distribuição de vagas a mulheres costuma ser feita para respeitar puramente a lei e, portanto, em sua maioria o único atributo que essas mulheres dispõem é o fato de serem mulheres e por consequência conquistam poucos votos, sendo os chamados “candidatos-eleitores”.

### **3.1.1. *Candidato-eleitor e a procura por mulheres: o art. 10, §3º, da Lei 9.504/97***

As mulheres no cenário político é um tema cada vez mais discutido e exigido por quem estuda e se interessa pela política. Como já enunciei por algumas vezes, a legalidade das leis nunca é negligenciada pelos políticos. E a partir do artigo 10 da Lei 9.504 de 1997 (Redação alterada pela Lei nº 12.034, de 2009) esse novo componente e tema entrou de forma obrigatória nas discussões internas dos grupos. A lei diz respeito à obrigatoriedade de preenchimento mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) das candidaturas para cada sexo. Isso quer dizer que dentro do mínimo e do máximo exigido pela lei para formação de uma chapa ao legislativo é obrigatório que se respeite a proporcionalidade 30/70 para os sexos. Em Monte Verde Paulista os dados consolidados do TSE mostraram que as mulheres representavam pouco mais dos 30% das candidatas para as eleições de 2016, porcentagem limite exigida por lei. Como penalidade ao descumprimento da lei os partidos não conseguem registrar o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários, ficando impossibilitados de disputar as eleições. Apesar da representatividade numérica nas candidaturas, a

quantidade de votos recebidos por elas ainda é bastante insignificante. Dos candidatos que receberam menos de 10 votos, nove eram candidatas mulheres e apenas um era homem. A prática de apenas registrar nomes de mulheres sem a intenção de as candidatas fazerem campanha para si recebeu por parte do TSE o nome de “candidatas-fantasmas”. Em conversa com uma filiada em um dos partidos políticos em disputa eleitoral, afirmou a mim em uma oportunidade que em eleições anteriores, quando filiada a outro partido, foi candidata apenas para compor a coligação, tampouco divulgou sua candidatura e número eleitoral, nem entre familiares pediu votos para si mesma. Ana ainda destacou que se fosse necessário registraria seu nome novamente para ajudar o atual grupo político que apoia.

Essa lei eleitoral foi criticada por três colaboradores com os quais eu conversei, o presidente da Câmara Valter, o vereador Alberto e Miguel Junior, advogado da Câmara. Para eles, de um modo geral, a lei não cumpria com seu objetivo principal que era o de incentivar as mulheres a serem candidatas. Miguel destacou que para o partido pouco importava se o candidato é homem ou mulher, o que importava era a vontade política e os votos que a pessoa poderia trazer. O vereador Alberto chamou a lei de demagógica, pois não resolve o real problema da falta de representatividade feminina. Ele não via nessa lei a solução desse problema. Valter destacou que as mulheres não se interessam em fazer parte da *política de votos*, embora estejam sim envolvidas com algum tipo de política pública. Essas mulheres são procuradas pelos partidos, mas costumam rejeitar a política eleitoral. Sendo necessário aos partidos oferecerem algum tipo de ajuda financeira durante a campanha para que tenham mulheres registradas nas coligações.

Em Monte Verde Paulista, podemos usar novamente como exemplo o caso de Maria, esposa de Sebastião. Como foi falado, Maria trabalhava no conselho tutelar e, portanto, já havia passado por um crivo de votos, pois é respeitada e conhecida na cidade por este trabalho e por isso tinha reais chances de angariar votos para a coligação. No entanto, recusava-se a ser candidata para não *sujar o nome* que havia conquistado ao longo dos anos. As poucas mulheres que demonstravam real interesse em candidatar-se eram bastante assediadas. Daniele, que também é conselheira tutelar, destacou a mim que tinha embarcado na candidatura de Mauro por conta do compromisso dele de que não trataria sua candidatura apenas como preenchimento de vagas. Ela acreditava também que tinha potencial para não ser apenas *candidata-escada* aos demais do grupo.

Não é apenas em Monte Verde Paulista que a participação das mulheres na política deve-se a uma participação anterior em algum movimento social ou política social. Barreira (1998) mostra que quando as mulheres foram inseridas na política partidária para concorrer a cargos majoritários em três capitais brasileiras em que realizou sua pesquisa, a principal justificativa foram as atuações que tiveram na militância política. Em um caso específico apresentado pela socióloga, o papel de “candidata experiente” e com sua base de herança familiar, possibilitaram mais facilmente seu ingresso na política institucional.

Desde 2000 a Câmara de Monte Verde Paulista não era representada por nenhuma mulher. A situação mudou em 2016, ano no qual pela primeira vez em sua história foram eleitas duas mulheres para um mesmo período 2017-2020. Uma delas, era Denise chamada com frequência de “a candidata da Sofia”.

### 3.1.2. Prefeito: o candidato natural

Em meu segundo dia em campo, sentei-me para ter uma primeira conversa com Mauro acerca da formação dos grupos políticos e me inteirar do que vinha acontecendo. O que observei logo de início foi uma disputa clara entre o atual prefeito e os demais pré-candidatos. Ainda não era certa sua candidatura por conta de problemas na justiça, mas seu nome era falado a todo tempo. O *grupão* formado pelos principais pré-candidatos era uma tentativa de fazer frente ao "*candidato natural*". Neste grupo inclusive era unânime que não se daria apoio a Sofia, ex-mulher de um ex-prefeito, e que já tinha assegurado sua candidatura com o PMDB. A tentativa do *grupão* era de manter apenas três candidaturas, já que dessa forma os votos em oposição ao até então atual prefeito não seriam distribuídos em mais do que duas candidaturas.

É do conhecimento dos meus colaboradores políticos que a "máquina" consegue votos com mais facilidade e que suas chances costumam ser maiores em relação aos demais, e os dados nacionais reforçam isso. Nas eleições de 2012, 3.659 prefeitos poderiam pleitear mais um mandato (2.736 disputaram um novo mandato), 55% deles foram reeleitos.

Essa preocupação era compartilhada entre diversos colaboradores, embora nem todos acreditassem que o prefeito Antônio conseguiria registrar sua candidatura. O vereador Alberto, por exemplo, tinha convicção de que o prefeito não poderia registrar sua candidatura por conta de suas pendências judiciais da eleição de 2013. No entanto participava do *grupão* com o intuito de fortalecer o seu nome.

Mesmo correndo o risco de não poder registrar-se como candidato, Antônio não deixou de formar seu grupo. Em março contava com apoio do PV (partido em que é

filiado e presidente), PSL e PRP, agregando no mês seguinte os partidos PSB, PRP, PSL e PSDC. Porém, em junho quando foi julgado e condenado pela justiça eleitoral estadual, foi impedido de concorrer à reeleição. Antônio se viu obrigado a *compor* o grupo de Dito e Thiago Viana para tentar manter os compromissos com seus candidatos e partidos. Entretanto, dois dias depois do anúncio a composição foi desfeita e um novo convite para a convenção da candidatura de Thiago Viana já não tinha mais a sigla do PV na coligação. Recebi de meus colaboradores diversas informações do porquê dessa situação. Uns me disseram que Thiago recebeu críticas em relação a composição com o grupo de Antônio, tanto por parte do eleitorado como por parte de membros de seu grupo, que questionava o fato de o mesmo ter que disputar votos com três vereadores do PV que estavam vindo de *reboque* com tal aliança. Outros me disseram que Antônio decidiu arriscar e registrar seu nome como candidato, e caso fosse necessário tiraria seu nome de última hora trocando pelo o de seu candidato a vice-prefeito. O fato é que em tal manobra, Antônio acabou perdendo PSB, PSDC, PRP e PSL que decidiram manter o apoio a Thiago.

Como lembrou Barreira (2017), há um estoque de promessas que serão usadas como fonte de críticas nas eleições seguintes, principalmente em se tratando de uma tentativa de reeleição. Neste aspecto, pude observar que todos os pré-candidatos tinham preparado seu arsenal de críticas retiradas do plano de governo de Antônio, o até então prefeito, relativas às promessas feitas no período eleitoral anterior. Neste sentido, tenho interlocutores que destacavam que nessas situações de promessas não cumpridas e de uma administração considerada ruim, o candidato a reeleição adquire muita rejeição, algo difícil de se reverter, principalmente em votos.

O único atributo relacionado ao nome de Antônio que se ouvia pelas ruas era o fato de já ser prefeito e, portanto, ter à sua disposição mais recursos de pessoal e institucional para fazer campanha. No fim, o registro definitivo colocava o até então candidato a vice-prefeito Fagner como candidato a prefeito, e o desconhecido por mim, Silvano como candidato a vice-prefeito.

### **3.1.3. O bom nome, a oratória e outros atributos**

A construção de um “bom nome” (BAILEY, 1971a, p. 2) é um recurso importante para a disputa eleitoral, pois põe à prova a reputação dos candidatos aos cargos eletivos. Segundo meus colaboradores políticos, a reputação é algo que não se conquista a curto prazo, por esta razão é necessário nutrir boas relações com a população em geral, tanto no *tempo da política*, mas principalmente no dia-a-dia da vida social da cidade ao longo de todo ano. E que apesar do eleitor gostar de ser *bajulado* pelos políticos, é bom nutrir uma relação de amizade e não uma relação político-eleitor.

Os partidos buscam *adesões*<sup>15</sup> (HEREDIA E PALMEIRA, 2006) não só no tempo da política. Nas pré-campanhas é possível notar a preocupação de marcar as relações por meio do respeito e do compromisso, que envolve elementos como promessas, reciprocidades e honra, portanto, práticas não orientadas exclusivamente pelo interesse e cálculo racional (CHAVES, 2002, p. 12). Por essa razão, escolhe-se candidatos que

---

<sup>15</sup> A adoção do voto universal não trouxe consigo automaticamente valores ligados à ideia de democracia representativa, o voto não existe num vazio cultural e social (Palmeira, 1991). Destaco, ainda, que é possível inspirar-se em Mauss (2003 [1924]) para examinar as dádivas, troca de favores e relações de compromisso na política, tal como ela é percebida nos locais onde há a predominância da “política de facções”. Mauss (2003 [1924]) indagava-se que a coisa dada tem uma força que faz com que o donatário retribua, por essa razão destacava o perigo que tinha de receber. O caráter voluntário, livre e gratuito é, no entanto, imposto e interessado, isso porque coloca o receptor em dívida permanente. Essa forma de se pensar a troca se fundamenta na lógica da economia dos bens simbólicos. Diferente da economia “toma lá, dá cá”, a economia do dom baseia-se numa recusa da lógica da maximização do lucro econômico, ela visa antes uma acumulação simbólica.

tenham qualidades valorizadas pelos eleitores. *Ser conhecido* por um histórico na vida pública ou ter feito algo pelas pessoas e pela cidade como cidadão faz com que o pré-candidato não só queira ser candidato, mas também tente convencer o partido de que é uma opção satisfatória. Antes de minha chegada, no município de Monte Verde Paulista havia boatos de que dois candidatos inelegíveis, por conta da Lei da Ficha Limpa (Lei complementar nº135 de 2010), seriam candidatos *para não perder densidade política*, isto é, para não serem esquecidos.

As pré-campanhas buscam acima de tudo mostrar o *bom nome* do pré-candidato em detrimento dos demais. Para os demais candidatos busca-se palavras pejorativas que sejam opostas aos adjetivos encunhados para si mesmo. Os candidatos do *grupão*, por exemplo, se opunham à campanha de Antônio, descrevendo-o como analfabeto funcional e desqualificado politicamente frente às possibilidades do grupão, que tinha como pré-candidatos dois advogados (Alberto e Thiago) e um economista (Mauro). Já a oposição a Sofia que também era advogada, sendo que ela própria fazia questão de se intitular como “Dra. Sofia”, estava relacionada ao seu passado controverso na cidade. Como falado, Sofia veio para Monte Verde Paulista junto com seu marido, Dr. Moisés que havia passado no concurso para médico na cidade. Segundo meus colaboradores me disseram, Sofia traiu o marido que na época era prefeito com seu vereador de confiança da sua base. Não conversei com Sofia a esse respeito, mas as pessoas mais próximas a ela me garantiam que tudo não passou de boatos e mal-entendidos. Enfim, o que importa em relação a essa história é que os demais pré-candidatos usavam constantemente isso para tentar depreciar sua candidatura, alegando que Sofia foi uma mulher infiel ao querido prefeito Moisés. Em vários momentos escutei em rodas de conversa e reuniões que ela era homossexual, histérica e instável. Mais uma vez em

oposição às qualidades dos demais candidatos. Nesse ponto Thiago Viana ficava atrás de Alberto e Mauro, pois não era apenas Sofia que não tinha constituído uma família, para Thiago também faltava uma família. Mauro destacou que a população do município é bastante conservadora, associando a vida política de um candidato a sua família. Constituir uma família representa para os eleitores ter responsabilidade, logo, isso é um bom requisito aos candidatos sejam a prefeitos, vice-prefeitos ou vereadores.

Além de um *bom nome*, meus colaboradores de pesquisa destacavam que a população também quer um candidato que tenha o domínio dos acontecimentos, eventos e história do município. Aqueles que dispõem desse conhecimento se posicionam frente aos demais candidatos como sendo capazes de entender os problemas da cidade e dessa forma sendo também os únicos capazes de os solucionar. Dos candidatos à Câmara Municipal espera-se esse mesmo conhecimento, mas nesses casos trata-se de uma capacidade muito mais regionalizada e ligada ao local onde reside o candidato. Encontrar um candidato com bom nome e que seja um bom representante em uma determinada região, bairro ou comunidade parecia ser uma tarefa difícil quando observei as tentativas de Mauro de buscar alguém com tantos atributos somados e que além de tudo estivesse disposto a ser candidato. O vereador Otávio, por exemplo, foi eleito graças aos votos que recebeu de seu bairro de residência e com o discurso de que o local teria pela primeira vez a atenção devidamente assegurada com sua eleição. Camila, uma importante líder de movimentos sociais residente do bairro Alvorada, o maior do município, já era conhecida como “Camila do Alvorada” e até trocou seu sobrenome pelo nome do bairro em redes locais, a fim de fortalecer ainda mais sua relação com aquela comunidade. Candidatas como Camila são procuradas por todos os grupos, como Mauro destacou a mim. Ele mesmo teve uma conversa com

Camila propondo que a mesma se juntasse a ele, mas por conta do grupo de Mauro ter outros candidatos do mesmo bairro, ela preferiu a proposta de Dra. Sofia de ser a porta-voz e única candidata do grupo dela no bairro. Segundo Mauro, a presença de Camila do Alvorada possibilitava a Dra. Sofia entrar em um bairro majoritariamente pobre e no qual ela tinha bastante rejeição. Em relação a isso, Dra. Sofia era uma pré-candidata que recebia muitas críticas de seus adversários por não ser *cria* da cidade. Isto é, não nasceu e nem tampouco vivenciou por um período considerável os problemas da cidade, já que se afastou do município depois da separação de Moisés, voltando apenas em 2016 para ser candidata e indo morar no bairro mais nobre do município.

Apesar de Thiago Viana não receber críticas em relação a residência, já que mora na região central do município em uma *casa simples*, as críticas que recebia vinham por parte do seu parentesco com Dito, um político bastante controverso. Nas palavras de meus colaboradores, Dito é amado e odiado na mesma proporção na cidade. A família de Thiago, os Viana têm uma história bastante particular em Monte Verde Paulista. Um bisavô, um avô, um tio-avô e um tio (o próprio Dito) de Thiago já foram prefeitos na cidade ao longo das últimas quatro décadas. Apesar de estarem a princípio no mesmo grupo, Mauro tentava se posicionar como alternativa frente aos *políticos de carteirinha*, em uma referência a família Viana e aos “aventureiros”, a quem associava Sofia. Era dessa forma que Mauro tentava convencer o grupão para ser o candidato a prefeito. Uma coisa curiosa que percebi e que foi falado por Arthur, um colaborador ex-filiado ao PT que se afastou da política partidária, que é muito difícil fazer campanha contra alguém sem usar de comparações, sobretudo na época em que participava ativamente da política. Para explicar essa relação, Arthur usou como exemplo as eleições nacionais ao destacar que o PT optou por atacar a candidatura de Marina Silva no primeiro turno,

já que contra o PSDB de Aécio eles tinham o governo FHC como referência de ataque. No caso de um candidato parecido com o seu perfil busca-se atacar a vida pessoal com difamações, fofocas e boatos, e o mínimo de diferenciação é aumentado, transformando o que pode parecer insignificante em algo maior. Era dessa forma que se atacava Sofia.

O uso de rumores, fofocas e difamações contra algum candidato é uma das formas de fazer pré-campanha, no entanto, como disse Benites (2015), acaba por ser uma faca de dois gumes, pois quem fala também é visto falando. Falar mal do oponente não é bem visto, por essa razão a estratégia é deixar que os apoiadores falem mal. O pré-candidato a prefeito costuma ficar alheio em relação a polêmicas envolvendo um outro candidato a prefeito para preservar sua imagem, pois também não são vistas com bons olhos as pessoas fofoqueiras.

#### **3.1.4. A escolha do candidato a vice-prefeito**

Entre 1946 e 1964 o eleitor votava separadamente na mesma eleição nos candidatos a prefeito e vice-prefeito. No entanto, o Código Eleitoral de 1965 (e a Constituição de 1988) estabeleceu que os chefes do executivo seriam eleitos junto com seus respectivos candidatos a vices em uma chapa única. Isso significa que os partidos passaram a inscrever os nomes conjuntamente, muito embora o eleitor vote apenas no nome do primeiro (NICOLAU, 2012a, 2012b). Isso faz com que a escolha do suplente passe a ser cuidadosamente pensada pelos grupos políticos atualmente.

Tive a oportunidade de conhecer dois candidatos a vice-prefeito da eleição de 2008, Amanda e Cássio. Tanto Amanda como Cássio tornaram-se candidatos a vice-prefeito já no fim do prazo estabelecido pela justiça eleitoral. No caso de Amanda, a

proposta de ser candidata a vice-prefeita havia sido feita de modo antecipado, porém ela recusou de imediato, mas aceitou um dia antes da data da convenção, em nome da amizade e respeito que tinha pelo candidato a prefeito Moisés. Caso parecido com o que ocorreu com Cássio. Ele também aceitou ser candidato a vice-prefeito de Dito horas antes da convenção ser realizada. Segundo Cássio, a justificativa de sua escolha deveu-se a confiança que Dito depositava nele, já que ele havia trabalhado em sua última gestão como prefeito, além de ser seu coordenador de campanha nas últimas oportunidades.

Apesar desses relatos, o próprio Cássio caracterizou tais escolhas como incomuns. Como também ouvi algumas vezes de Mauro, Cássio destacou que é preciso que o vice-prefeito agregue alguma coisa ao grupo: traga um partido consigo, unifique o grupo e tenha dinheiro para ajudar na campanha, por exemplo. Além dessas características, Mauro destacava que ele tinha interesse em ter como vice alguém que fosse uma contraposição à sua imagem, por isso seria interessante ter como candidato a vice-prefeito uma mulher, alguém das áreas rurais ou mais afastadas do centro urbano do município, ou ainda algum empresário/comerciante que lhe colocaria em contato com as classes A e B.

Em relação ao grupo de Sofia as especulações giravam em torno de três nomes. Esses nomes foram espalhados pela cidade para *sentir* a aceitação de cada um, sendo que os nomes dos vereadores Luciano e Otávio foram considerados como uma fórmula pronta e eficiente. Já a ex-vice-prefeita e professora de artes Amanda também era uma forte candidata, pois era considerada por muitos a melhor vice-prefeita que a cidade já teve, uma vez que chegou até a assumir a prefeitura interinamente por um mês por

conta de um afastamento médico de Moisés, e nesse curto período agradou aos mais próximos e atentos a administração do município. Ao se filiar até o prazo legal de 2 de abril ao PMB, partido que naquele momento estava *fechado* com Sofia, Amanda gerou muita especulação e expectativa entre os grupos políticos. Apesar de seu nome ser bastante comentado, em duas oportunidades em que conversamos ela garantia que não tinha intenção de ser candidata, já que precisa trabalhar para se aposentar o mais breve possível. Ademais, a experiência de 2008 já havia sido suficiente para ela querer afastar-se da política de votos.

Esses três nomes foram discutidos em uma reunião fechada do grupo de Sofia, na qual, claro, não participei. Apenas tive conhecimento do seu conteúdo por meio de boatos e afirmações de pessoas que estiveram presentes na reunião. Os três nomes tiveram resistência de alas distintas do grupo de Sofia. Otávio foi criticado por não ser um bom vereador, Luciano por ter mudado de lado inúmeras vezes e Amanda foi questionada especificamente pelo PEN, partido da base aliada de Sofia, que tem majoritariamente filiados evangélicos que não gostavam da atuação de Amanda na defesa das religiões de matriz africana.

Já no grupo de Mauro, o assunto era tratado em todas as reuniões e nunca se chegava a um consenso. Ricardo era o único dos filiados do PSDB que queria que se fizesse a decisão do vice-prefeito o mais breve possível, pois dizia ouvir nas ruas as pessoas perguntando acerca dessa escolha. Ricardo tinha pretensões e apoio de uma pequena parte dos filiados para ser o candidato a vice-prefeito que o PSDB escolheria para Mauro. Porém, uma parte dos que não o queriam como candidato a vice tem como

exemplo Miguel, que preferia que a escolha fosse tomada mais próxima das convenções em uma tentativa de esfriar a opção do nome de Ricardo.

À medida que os meses iam passando e se aproximava o período das convenções (junho e julho), não houve muita mudança na conjuntura dos grupos. No entanto, uma reviravolta bastante significativa aconteceu em julho. Já no fim do meu período em campo, muito se discutia sobre a possibilidade de Mauro perder a nominata do PROS para Dito. O próprio Mauro demonstrava incerteza, mas não via por onde a perda poderia acontecer, já que tinha apoio do partido nacional e de Eduardo Augusto (presidente do PROS de São Paulo). Para tentar blindar tais investidas, Mauro encomendou uma pesquisa de opinião no mês de junho que mostrava Thiago com menos de dois dígitos das intenções de votos. Aparentemente, os números apresentados na pesquisa sortiram efeito no PROS nacional, mas não convenceram os líderes locais e o partido estadual. Até aquele momento, a pesquisa de Mauro era a única que havia sido encomendada e, portanto, gerou desconfiança por parte de quem se viu com números negativos relacionados a seu nome. Já quem os números privilegiaram não se posicionavam negativamente, mas ainda assim olhavam a pesquisa com certa desconfiança. As tentativas de Dito de agregar o grupo de Mauro aconteciam desde meados de maio, quando o mesmo falava nas reuniões do *grupão* que deveriam aceitar o nome de Thiago à prefeitura, já que seu sobrinho tinha o nome mais forte além de apoio de políticos de peso no cenário estadual e nacional. Além disso, Dito buscava destacar que Alberto e Giovanni não tinham feito nada para fortalecer seus nomes, e que Mauro não tinha recursos financeiros para custear uma campanha, além de ter perdido o controle do PROS no município para o seu partido por meio do apoio de Pedro Rodrigues Dias.

Dois dias após o fim do meu campo, Mauro recebeu um telefonema de Natália, braço direito de Eduardo Augusto e presidenta do PDT, informando a ele que o PDT, PCdoB e PHS passariam a apoiar Thiago, com o consentimento de Eduardo Augusto e total apoio de Pedro Rodrigues Dias. Dito insistia em dizer que não teve influência na decisão do amigo deputado em pedir apoio ao PDT, PCdoB, PHS e PROS. Segundo os discursos de Dito, o deputado Pedro Dias queria lançar-se ao governo do estado de São Paulo em 2018, e para tal vinha buscando apoio de lideranças estaduais para fortalecer seu nome para campanha de pré-candidatura. Para já *marcar terreno* e ter bases para 2018, o deputado Pedro Dias propôs estabelecer acordos com diversos partidos. Sua ideia inicial era que em 20 municípios o PROS apoiaria o candidato do PSD à prefeitura em 2016 e vice-versa. No entanto, esse acordo não ultrapassaria os interesses dos municípios e sua autonomia. O nome de Monte Verde Paulista estava na lista que Pedro Rodrigues Dias teria entregue ao presidente estadual do PROS, solicitando apoio. Quando eu ainda estava em campo, Mauro foi para São Paulo para mostrar ao presidente do PROS estadual os números positivos de uma pesquisa de intenção de votos que havia encomendado, e realmente chegou a ouvir do presidente estadual a proposta dele ser o candidato a vice-prefeito com Thiago Viana. No entanto, Mauro recusou a proposta e o presidente não falou mais sobre aquele assunto, fazendo com que Mauro achasse que essa questão estivesse resolvida.

Em Monte Verde Paulista apenas o PT e o PSDB têm diretórios formados. Nesses casos são seus próprios filiados que decidem quem serão os representantes do diretório municipal, como por exemplo o tesoureiro e o presidente. Já os demais partidos escolhem seus presidentes municipais por meio dos líderes estaduais. Esses líderes geralmente são deputados estaduais e federais que conquistam essas nominatas de

acordo com a votação que tiveram em determinada região. Mauro destacou certa vez que tanto os partidos novos quanto os velhos preferem não ter diretório permanente, para que assim os deputados tenham seus *currais eleitorais*. E mais uma vez cabe destacar nas palavras de Mauro: *'essa distribuição é igual ir a uma feira com um bandeirão, quem oferecer mais benefícios, leva'*. Cássio destacou que Mauro confiou muito na palavra do vereador Eduardo Augusto, ao ponto de deixar nas mãos dele as nominatas do PDT, do PHS e do PCdoB. No entanto, Eduardo Augusto tem suas ambições pessoais de ser deputado estadual e trocar o apoio a Mauro pelo apoio a Pedro Rodrigues Dias. Ihe traria mais benefícios nessa busca, já que Pedro Rodrigues Dias é um político influente de nível nacional.

A traição de Eduardo Augusto foi sentida, mas não era algo que surpreendesse completamente a todos. O próprio Mauro desde a minha chegada em Monte Verde Paulista destacava as suas desconfianças sobre Natália. Tal reviravolta fez com que Mauro passasse um breve período avaliando individualmente os rumos que seguiria. Sem apoio do partido nacional, sem financiamentos e com grupo desmontado viu-se em uma situação delicada, fazendo com que optasse em se aliar a Sofia, sendo o vice da coligação dela e recusando assim ser candidato a vice de Thiago.

Essa decisão foi tomada por Mauro sem uma conversa anterior com seu grupo, o que desagradou muito o PSDB que garantia nunca mais apoiar Mauro, já que ele tomou uma decisão importante sozinho. No entanto, em uma reunião fechada, após uma votação, os filiados do PSDB decidiram compor o grupo de Sofia, bem como o DEM de Alberto e o PR de Giovanni.

Ao se aliarem com o PMDB de Sofia, os presidentes de partido Mauro (PROS), Alberto (Dem), Giovanni (PR) e Danilo (PSDB) precisariam dividir as decisões de coligações com ela. Essa situação criou outra configuração de coligações que foram definidas efetivamente horas antes da convenção ocorrer e que serão discutidas no item 3.2.

Como já discutido no item anterior, na pré-campanha de Mauro, ele buscou apresentar-se como oposto ao atual prefeito e aos demais pré-candidatos. Nestes casos, usava-se pejorativos para descrever seus adversários, como no caso de Sofia Fernandes. Apesar de Sofia Fernandes buscar ideais contrários aos de Mauro, entre os grupos existia a preocupação de ressaltar que apesar das diferenças ambos tinham o mesmo perfil de eleitor, sendo necessário partir para fofocas e rumores da vida pessoal de Sofia para tentar tirar dela as intenções de votos. Apesar do desgaste da imagem de um e de outro, a aliança foi explicada sob a justificativa de que “juntos seriam mais fortes”, e que se “aliaram pensando no bem de todos”.

### **3.2. “Tem que cumprir os compromissos”: A semana decisiva e a lista dos candidatos registrados**

No período das convenções voltei a Monte Verde Paulista na última semana de realização das convenções partidárias, para me inteirar do que tinha ocorrido em minha ausência e para acompanhar as decisões finais dos partidos e o registro definitivo de candidaturas. Acompanhei apenas a longa e cansativa convenção de Sofia e Mauro, que mais parecia início de campanha já que foram apresentados os presidentes dos partidos que compunham o grupo e os candidatos a vereadores que tinham sido definidos

durante a madrugada anterior em uma reunião fechada entre os presidentes, Sofia e Mauro.

Cumprir os acordos pré-estabelecidos é um importante gesto que se espera dos presidentes e aliar isso às necessidades, escolhas e preferências não parecia ser uma tarefa fácil. Ao analisar o número de partidos de que dispunha, Mauro ia desenhando as possibilidades. Em todas, que ele foi me apresentando ao longo do campo, havia duas coligações. Isso possibilitava, segundo ele, a divisão dos candidatos mais fortes entre as duas coligações para que assim um não prejudicasse o outro. Quando Mauro planejava suas duas coligações, ele buscava respeitar as regras dos estatutos partidários e ao mesmo tempo olhava qual dos três perfis tinha em cada um dos partidos para não haver uma distribuição desequilibrada entre o *candidato-eleitor*, *candidato-escada* e o *candidato puxador de voto*.

Mas todo planejamento de Mauro foi interrompido por uma aliança necessária que foi feita com Sofia Fernandes. Com tal mudança, o grupo de Sofia recebeu mais alguns partidos, o que tornou o imbróglio ainda maior. Durante os 10 dias em que fiquei em Monte Verde Paulista para acompanhar as convenções, muitas reuniões fechadas foram feitas para decidir os nomes dos candidatos a vereador. Neste período, quase não vi e conversei muito pouco com Mauro por conta das longas e extenuantes reuniões decisórias de listas de registrados que aconteciam na residência de Sofia.

Mauro havia prometido aos filiados do PROS que na coligação que fariam não haveria nenhum vereador, no entanto dentro da nova situação em que o PROS se encontrava, seus candidatos aceitaram coligar-se ao PP, PTN, PSC e PMB em reunião realizada dois dias antes da convenção. Nessa coligação tinham quatro pré-candidatos.

Contudo na madrugada anterior à convenção Mauro, Alberto e Giovanni entraram num acordo e formaram uma coligação sem vereadores, pois os três haviam prometido isso aos seus pré-candidatos.

Essa coligação formada por PR, PROS e Dem só ocorreu na madrugada anterior a convenção, pois Giovanni tinha a preferência de coligar-se com o PSDB, mas foi recusado pelos filiados em reunião. Em seu grupo, Sofia não queria coligar-se com o Dem e apenas aceitou, pois Alberto tinha o compromisso junto aos seus pré-candidatos de não sair candidato como vereador. Mas em contrapartida exigiu quatro vagas, pois queria *honrar compromissos* com todos os seus pré-candidatos. Porém, como a lei permite apenas 18 nomes, Alberto tinha a princípio apenas duas vagas na coligação, já que o PROS teria seis e o PR, 10. Mauro e Giovanni cederam uma vaga cada um para Alberto. No entanto, é interessante notar que Mauro não retirou a candidata com menos perspectivas de votos, pois era uma mulher, preferindo abrir mão de um candidato homem. Para convencê-lo a desistir de se candidatar, foi prometido a ele que o grupo devolveria o salário pago pela prefeitura em decorrência de seu afastamento do seu trabalho como servidor. Após todas as conversas, o PROS apresentou cinco nomes (três homens e duas mulheres), o DEM apresentou quatro nomes (quatro homens) e o PR apresentou nove (três mulheres), com o total de 13 homens e cinco mulheres<sup>16</sup>.

Outra coligação que chamou a atenção foi a formada por PTN, PP, PSC, PSDB e PMB. Nela tinham quatro vereadores e imaginava-se que ao menos dois deles não se

---

<sup>16</sup> Apenas para reforçar, caso Mauro e Giovanni indicassem duas mulheres para deixarem de serem candidatas, isso forçaria o grupo todo a retirar seis homens, mantendo a proporção de sete homens e duas mulheres. Uma coligação incompleta (com menos candidatos do que o máximo permitido) não consegue eleger um candidato sequer.

reelegeriam. Sofia tinha um compromisso com os filiados do seu partido de que não escolheria nem registraria a candidatura de vereadores em sua chapa, o mesmo acordo existia na coligação formada por DEM/PR/PROS, como já mencionei. O vereador Alberto destacou que essa opção de Sofia foi estratégica, pois com tantos vereadores na mesma coligação, os votos se dividiriam e no máximo um de dois deles se reelegeria. Assim, sua intenção era de renovar a Câmara, pois caso fosse eleita teria vereadores de sua confiança eleitos pela coligação majoritária dela.

Foram 99 candidatos aptos pelo TSE a concorrer às nove vagas. Ao executivo foram quatro candidaturas: Allison, Fagner, Sofia e Thiago. Laerte registrou sua candidatura pelo SD em chapa sem coligações ao legislativo. Não discuti sobre seu nome ao longo deste trabalho por ter tido pouco material acerca da sua candidatura. Sobre sua candidatura havia muita conversa desencontrada, alguns colaboradores me falaram que a candidatura dele foi registrada apenas para tumultuar e tentar de alguma forma dividir mais os votos. Como primo de Dito, alguns filiados do grupo de Sofia me alertavam que a intenção de Laerte era ser candidato para ajudar Dito, já que a intenção da coligação de Thiago era pedir a impugnação da coligação de Sofia e de Fagner, fazendo assim com que a eleição tivesse dois candidatos e não fosse cancelada por falta de candidato. Fagner era o até então candidato a vice-prefeito de Antônio, mas precisou assumir a vaga de candidato a prefeito por conta da impugnação do registro de Antônio como candidato.

Dos mais de 99 candidatos, cerca de 30 eram candidaturas de mulheres e depois de muito tempo, duas delas se elegeram. Uma por média e a outra pelo quociente

partidário. Uma delas compunha uma das coligações de Sofia e outra uma das coligações de Thiago.

Laerte ficou em quarto lugar, posição esperada pela maioria dos concorrentes. O *candidato do prefeito*, Fagner terminou a disputa em terceiro lugar. Esperava-se que a disputa se polarizasse entre o grupo de Thiago Viana e o de Dra. Sofia. No entanto, cerca de meia hora após a abertura das urnas o resultado consolidado indicava a vitória de Thiago Viana com mais de 50% dos votos válidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação percorreu caminhos pouco convencionais se levarmos em conta a teoria política, que há bastante tempo vem sendo prestigiada pela antropologia, sobretudo a que se propôs estudar mais especificamente a “nossa política”. Com uma inspiração da antropologia da política e dos estudos realizados no interior do NuAP, busquei dentro do contexto etnográfico compreender as relações pessoais, sociais e familiares envolvidas na escolha dos candidatos pelos grupos políticos. A partir disso, é possível perceber que os valores da sociedade ligados à família não estão tão dissociados da política como pretendem os estados modernos e suas teorias políticas. De um lado tive a disposição para a análise dos aspectos oficiais das falas em relação à escolha de candidatos, e de outro me debrucei sobre o que de fato ocorre nos bastidores. Assim, meus esforços foram direcionados para a compreensão e análise dos bastidores. As análises oficiais foram usadas e são importantes, mas os aspectos informais foram fundamentais para compreender melhor como as escolhas dos candidatos ocorreram. Como foi possível notar ao longo deste texto, existem inúmeras questões envolvendo a escolha de certas pessoas para serem candidatas a cargos eletivos. Essas escolhas envolvem situações muito particulares relacionadas muitas vezes a relações pessoais e familiares. Mais uma vez podemos afirmar que se o voto não é uma escolha individual, portanto, a escolha dos candidatos também não se trata de uma escolha individual e ou puramente ideológica.

Neste aspecto, mostrei também o envolvimento de deputados estaduais e federais em tais tomadas de decisão, e como os mesmos ocupam uma parcela significativa na compreensão de tais escolhas, já que parte deles a escolha dos

presidentes municipais dos partidos, e são os presidentes de partidos municipais que iniciam as discussões acerca da formação de grupos políticos para uma determinada eleição. Neste seguimento, procurei demonstrar no capítulo 1 e 2 que a política local e a política nacional formam um elo de relações que chegam a se confundir no que diz respeito às formas de se fazer política. Do mesmo modo como a pequena comunidade é “invadida” pela política oficial, a última também é invadida pela pequena política (PALMEIRA, 2004).

O “vai-e-vem” dos apoios partidários e as mudanças dos políticos de partidos respeita um cálculo muito particular que cada um toma frente aquilo que considera como importante para si. A mudança de Mauro do PT para o PROS, por exemplo, mostra que além da política oficial invadir as decisões municipais, ela orienta as estratégias de formação dos grupos políticos.

Para não deixar de lado os aspectos da vida social, procurei abordar outro ponto importante, que é a compreensão da diferença existente entre ser “da família” e ser “parente”. O “parente” se define por uma propriedade compartilhada, o “sangue”, ou ainda por laços de afinidade. Ser “da família” implica um processo mais complexo. No entanto, ser parente garante aos envolvidos um mínimo de consideração por parte da parentada que quer ser candidato. Isto é, ter uma parentela grande ajuda como capital político no convencimento dos líderes dos grupos políticos.

Esses e outros aspectos na escolha dos candidatos mostram que não há uma forma clara de se formar um grupo e decidir as coligações partidárias. Cada grupo tem sua própria maneira de se compor, e em cada eleição as estratégias são ressignificadas

e repensadas com base no momento social e político que o país passa, haja visto a procura constante por candidatos “não-políticos”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda. 1999. O labirinto do Minotauro: política, troca e linguagem. Tese de doutorado, PPGA/UnB.
- BARREIRA, IRLYS ALENCAR F. 2017. Promessas para a cidade em tempo de campanha eleitoral. REVISTA PÓS-CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 14, p. 53-75.
- BAKHTIN, Mikhail. 2010. Para uma filosofia do ato responsável. São Carlos: Pedro & João Editores.
- BARREIRA, I. e PALMEIRA, M. (orgs.). 1998. Candidatos e Candidaturas. Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil, São Paulo: Annablume/NUAP.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa e DO AMARAL Oswaldo E. 2013. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. Revista de Sociologia e Política. Vol. 21, nº 46: 33-43, Junho.
- BENITES, Luiz Felipe Rocha. 2015. "Da 'consideração' e da acusação: notas etnográficas sobre reputação, fofocas e rumores na política". In: John Comerford; Ana Carneiro; Grazielle Dainese. (Org.). Giros Etnográficos em Minas Gerais: conflito, casa, comida, prosa, festa, política e o diabo. 1ªed. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 65-91.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. Em nome das "bases". Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. 2001. "Políticos, representação política e recursos públicos". Horizonte Antropológico, Porto Alegre, ano 7, n. 15. pp 181-207. Junho.
- \_\_\_\_\_. 2012. "Estado, representação política e corrupção: um olhar antropológico sobre a formação de fronteiras sociais". Crítica e Sociedade: Revista de cultura política. Vol: 2, nº 2. pp. 64-80.
- \_\_\_\_\_ & GRILL, I. 2017. Dossiê: Antropologia, Política e Estado. In: Revista Pós Ciências Sociais. ISSN online: 2236-9473.
- BAILEY, Frederick George. 1971. "Gifts and Poison", in F.G. Bailey (ed.), Gifts and Poison: The Politics of Reputation
- BOURDIEU, Pierre. 1989. O poder simbólico. Lisboa, Difel. Coleção Memória e Sociedade, 311 p.
- CADERNOS DO NUAP. 1998. "Uma Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência: Projeto de Pesquisa". Rio de Janeiro: NAU Editora. nº 1.
- CAMARGO, Carla de Souza. 2012. Partidos e grupos políticos em um município do sertão de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. São Carlos: PPGAS-UFSCar.
- CANÊDO. Letícia Bicalho (org.). 2005. Apresentação. In: O Sufrágio Universal e a invenção democrática. São Paulo: Estação Liberdade. p. 512.

\_\_\_\_\_. 2002. "Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)". *Pro-Posições*, v. 13, n. 2(39) set/dez.

CHAVES, Christine de Alencar. 2002. *Antropologia da política: tramas e urdiduras de um novo campo de pesquisa*. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 375-386.

\_\_\_\_\_. 2003. *Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritituba/MG)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política.

COMERFORD, John Cunha e BEZERRA, Marcos Otávio. 2013. "Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política". *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. n.207, v. XLVIII. 2º sem.

\_\_\_\_\_. 2003. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 406p.

DA MATTA, Roberto. 1978. "O ofício de etnógrafo, ou como ter anthropological blues", in Edson Nunes (org.), *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 23-35.

EVANS-PRITCHARD. E. E. 2011. *Antropologia Social*. Editora: Edições 70; Edição: 1ª (1 de janeiro de 2011). 132pp.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. "Ser afetado". *Cadernos de campo*. N. 13. 155-161. Tradução de Paula de Siqueira Lopes.

GEERTZ, C. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. Guanabara.

GOLDMAN, Marcio e SILVA, Ana Cláudia Cruz. 1998. "Porque se perde uma eleição?". In: Irllys Barreira e Moacir Palmeira (Org.). *Candidatos e candidaturas: enredo de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume. pp. 23-51.

\_\_\_\_\_. 2000. "Uma etnográfica da democracia: a política do povo de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil". *Etnográfica*, Lisboa, v. 4, n.2, p. 311-332.

\_\_\_\_\_. 2006. *Como funciona a democracia: Uma teoria etnográfica da política*. 7 letras. pp 367.

\_\_\_\_\_. 2008. *Os Tambores do Antropólogo: Antropologia Pós-Social e Etnografia*. *REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2003, V. 46 N° 2*.

GOLDE, Peggy (ed.). 1970. *Women in the field: Anthropological Experiences*. University of California Press. Second Edition.

HEREDIA, Beatriz. 2004. "Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política". In: PALMEIRA, Moacir, BARREIRA, Alberto (orgs): *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 165-178.

\_\_\_\_\_ ; PALMEIRA, Moacir. 2006. "O voto como adesão". Teoria e Cultura, v.1, n.1. 35-58 Janeiro-Junho.

\_\_\_\_\_. 1996. "Política, família e comunidade". In: Palmeira, Moacir e Goldman, Marcio (Org.): Antropologia, voto e representação política: 41-56. Rio de Janeiro: Contracapa. pp. 57-71.

\_\_\_\_\_. 2002. "Entre duas eleições: Relação político-eleitor". In: Beatriz Heredia; Carla Teixeira; Irllys Barreira (Org.). Como se fazem eleições no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. pp. 17-38.

\_\_\_\_\_ ; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (Org.). Como se fazem eleições no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

GUARNIERI, F. 2004. Partidos, seleção de candidatos e comportamento político. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.

HERZFELD, Michael. 2001. A antropologia do outro lado do espelho: Etnografia critica nas margens da Europa. Lisboa: Difel.

\_\_\_\_\_. 2005. Cultural intimacy: social poetics in the nation-state. 2. ed. New York: Routledge, 280 p.

KUSCHNIR, Karina. 2000a. Eleições e representação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política.

\_\_\_\_\_. 2000b. O cotidiano da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

\_\_\_\_\_. 2005. "Antropologia da política: uma perspectiva brasileira". Centre for Brazilian Studies, University of Oxford.

\_\_\_\_\_, 2007. Antropologia da Política. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. v. 1. 73p.

LEMENHE. 2004. "Uma carreira política e vários modos de legitimação". In: PALMEIRA, Moacir, BARREIRA, Alberto (orgs): Política no Brasil: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp. 247-266.

LEACH, Edmund. 2014. Sistemas Políticos de Alta Birmânia - Um Estudo Social da Estrutura Social Kachin. Editora: EDUSP; Edição: 1ª. 376pp.

LEIRNER, PIERO. O Campo do 'Centro', na 'Periferia' da Antropologia. 2014. Revista de Antropologia (USP. Impresso), v. 57(1), p. 85-118.

MARQUES, Ana Claudia. 2002. Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 352 pp.

MARQUES, Ana Claudia; COMERFORD, John; CHAVES, Christine de Alencar. 2007. Traições, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, Ana Laura (org.). Conflitos, Política e Relações pessoais. Fortaleza, CE: UFC/FUNCAP/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes.

MARQUES, Ana Cláudia e VILLELA, Jorge. 2005. "O que se diz, o que se escreve: Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco". Revista de Antropologia. São Paulo, USP. Vol: 48, nº 1.

MAUSS, Marcel. 2003. Ensaio sobre a dádiva". Sociologia E Antropologia. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, Sociologie et anthropologie. p. 183-312.

NICOLAU, Jairo. 2012a. Sistemas Eleitorais. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 113p.

\_\_\_\_\_. 2012b. Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 176p.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). 1996. Antropologia, Voto e Representação Política. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. 240 pp.

PALMEIRA, Moacir. 1992. "Voto: racionalidade ou significado". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 7 (20).

\_\_\_\_\_; HEREDIA, Beatriz. 1995. Os Comícios e a Política de Facções. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

\_\_\_\_\_. 1996. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. Antropologia, Voto e Representação Política. Rio de Janeiro: Contracapa.

\_\_\_\_\_. Política e Tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Marisa (org.). 2002. O dito e o Feito: Ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

\_\_\_\_\_. 2004. Eleição Municipal, Política e Cidadania. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar. Política no Brasil: Visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

PEIRANO, Mariza. 1997 - "Antropologia política, ciência política e antropologia da política". In: Três ensaios breves. Série Antropologia 231. Brasília: UnB: 17-29.

PEIRANO, Mariza. 2002. A Análise Antropológica de Rituais. In: \_\_\_\_\_. O dito e o Feito: Ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

\_\_\_\_\_. 2006. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

PERISSINOTTO, R. M. & BOLOGNESI, B. 2009. O Recrutamento Político no PT e PFL Paranaenses nas Eleições de 2006: sugestões de pesquisa. Mediações. vol. 14, n. 1, p. 143-169.

PINTO, Danilo Cesar Souza. 2013. Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado. Tese de Doutorado, PPGAS-UFSCar.

RIBEIRA, Florbela Almeida. 2009. Políticas Tenetehara e Tenetehara na política: um estudo sobre as estratégias de uma campanha eleitoral direcionada a uma população indígena. Dissertação de Mestrado. PPGAS-USP.

SCHNEIDER, D. 1968. American kinship: a cultural account. Nova Jérsei: Prentice-Hall.

TEIXEIRA, Carla Costa. 2002. "Retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral: o Caso Cristovan Buarque no Distrito Federal". In: Beatriz Heredia; Carla Teixeira; Irllys Barreira (Org.). Como se fazem eleições no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. pp. 39-62.

VEYNE, Paul. 1984. "Os gregos conheceram a democracia?". Diógenes, 6.

VIEGAS, Ana Claudia Coutinho. 1998. "Trocacis, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama-RJ". Cadernos de Campo (USP), São Paulo, v. 8, n.7, p. 69-89.

VILLELA, Jorge. 2004. O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP.

\_\_\_\_\_. 2008. Política e eleições no sertão de Pernambuco. O povo em armas. Campinas: Pontes Editores.

\_\_\_\_\_. 2009. "Família como grupo? Política como agrupamento? O sertão de Pernambuco no mundo sem solidez". Revista de Antropologia, São Paulo, USP. Vol: 52. nº 1.

\_\_\_\_\_. 2011. "Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: O voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição". R@U: Revista de Antropologia social os Alunos do PPGAS-UFSCar. Vol: 3, nº 2. Julho-Dezembro. pp. 10-29.

\_\_\_\_\_. 2015. "Os vivos, os mortos e a política no Sertão de Pernambuco". Revista de História. São Paulo. Nº 173 - 2º Semestre.

VILLELA, Jorge e MARQUES, Ana Claudia. 2002. "Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco". In: Como se fazem eleições no Brasil. Beatriz Heredia, Carla Teixeira e Irllys Barreira (orgs.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

\_\_\_\_\_. 2017. "O sangue e política: sobre a produção de família nas disputas eleitorais no sertão de Pernambuco". In: Dossiê Antropologia, Política e Estado. REPOCS.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. O nativo relativo. Mana (UFRJ. Impresso), v. 8, n.1, p. 113-148.

### **Entrevistas:**

"A democracia vista de perto" – Márcio Goldman. Revista Trópico. Disponível: <http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2710,1.shl>. Último acesso: 12/04/2017.

## LEGISLAÇÕES CONSULTADAS

Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral: Institui o Código Eleitoral.

Lei Complementar nº 64/90 - Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

Lei nº 9.096/95 - Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

Lei nº 9.504/97 – Estabelece normas para as Eleições

Resolução nº 21.538/2003 - Alistamento eleitoral e outros assuntos

Resolução nº 4.510/52 - Regimento Interno do TSE

Lei complementar nº 135/10 - Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

Lei nº 13.165/15 - Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina